



Av. Jerônimo Monteiro, n.º 96, Ed. Aureliano Hoffmann, Centro, Vitória/ES
CEP: 29.010-002
Fax (27) 3636-3930 - Tel (27) 3636-3905

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2014

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, doravante denominada SEFAZ, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério "menor preço por lote", por meio do site: www.compras.es.gov.br, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA, conforme Processo nº 66588146, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio do órgão promotor do certame, designados pela Portaria nº 34-S, de 20/02/2014, publicada em 21/02/2014, e regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 2.458-R, publicado em 5 de fevereiro de 2010, e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar Estadual nº 618/2012, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do órgão promotor do certame, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA" constante da página eletrônica www.compras.es.gov.br.

1.3 - INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08:00 horas do dia 13/08/2014.

1.4 - LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia 25/08/2014.

1.5 - DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:01 horas do dia 25/08/2014.

1.6 - DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09:30 horas do dia 25/08/2014.

1.7 - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: licitacao@sefaz.es.gov.br

2 - DO OBJETO

O objeto deste Pregão é contratação de empresa(s) fornecedora(s) de mobiliário sob medida, em conformidade com quantidades e especificações contidas no Anexo I do presente Edital.



3 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O recebimento do objeto da presente licitação se fará na forma estabelecida no anexo VI deste Edital.

4 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento do FUNSEFAZ, a cargo da conta de atividade 10.22.901.04.122.0615.3205, Elemento de Despesa nº 4.4.90.52, Fonte 0159 (FUNSEFAZ), para o exercício de 2014.

5 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O contrato terá início no dia posterior à da data da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial do Estado, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

5.2 - É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

5.3 - Fica resguardado o prazo de garantia do mobiliário adquirido, conforme estipulado no Anexo I deste Edital.

6 - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste Edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

6.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

6.3 - A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação do pagamento.

6.4 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

6.5 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.



6.6 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

6.7 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores.

6.8 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6.9 - O pagamento à Contratada será efetuado exclusivamente no Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES.

6.9.1 – A Contratada não correntista do BANESTES deverá providenciar a abertura de conta de depósito à vista na agência de sua preferência.

6.9.2 - Caso a Contratada não tenha domicílio no Estado do Espírito Santo, fica dispensada a exigência de abertura de conta de depósito no BANESTES e o pagamento exclusivo nessa instituição financeira.

7 - PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa.

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;



- b) Estejam cumprindo as penalidades previstas no artigo 87, inciso III da Lei Federal nº8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, desde que impostas pela própria Administração Pública Estadual;
- c) Estejam cumprindo a pena prevista no artigo 87, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, ainda que imposta por ente federativo diverso do Espírito Santo;
- d) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação; e
- e) Não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o processo licitatório;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) Conduzir a sessão pública na internet;
- d) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) Dirigir a etapa de lances;
- f) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) Credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;



- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar-se da chave de identificação (*login*) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação (*login*) ou da senha de acesso por interesse próprio.
- h) Submeter-se às exigências do Decreto Estadual nº 2.458/2010, do Decreto Estadual nº 2.849-R/2011, da Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

13 - DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do site www.compras.es.gov.br, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de *login* e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo *status* “com certificado”.

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.



13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

14.2 - A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato “pdf”, ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

14.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

14.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital, devendo o pregoeiro prestar o esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.1.1. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.



15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com o que estará atendido o disposto no Decreto Estadual nº 2.849-R, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 – Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 – A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido nos itens 17.4 e 17.5, em conformidade com o modelo contido no ANEXO II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

a) Datilografá-la ou digitá-la, em 01 via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;

b) Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 – Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

16.1.1 – O proponente cuja proposta contiver preços unitários e/ou global superiores ao admitido no edital será desclassificado.

16.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.



16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - A fase competitiva da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que deverá comunicar aos licitantes, com antecedência mínima de um minuto, o encerramento e o início do tempo aleatório do sistema.

16.14 – No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.15 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.16 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta, prevista no item 16.15.

16.17 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.18 – Logo após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.18.1 – A Administração declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente arrematante do certame;



16.18.2 – Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances e negociação, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

16.18.3 – Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

16.18.4 – O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas neste edital;

16.18.5 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

16.18.6 – Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada arrematante a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

16.19 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.20 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

17 - DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE ARREMATANTE

17.1 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, exequibilidade e adequação.

17.2 - Constatado o atendimento quanto à compatibilidade do preço, em relação ao estimado para contratação, e quanto às exigências do edital, o licitante que ofertou o menor preço será declarado arrematante e será solicitada a apresentação dos documentos de habilitação.

17.3 – A habilitação do licitante arrematante que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo pregoeiro.

17.4 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC/ES, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, ou caso algum dos documentos de habilitação registrados no CRC/ES já esteja vencido, deverão ser apresentados no prazo de 48 (quarenta e oito)



horas após a solicitação pelo pregoeiro no sistema eletrônico, salvo a hipótese prevista na Lei Complementar Estadual nº 618/2012, facultando-se o envio por fax.

17.5 - O licitante que houver optado por não apresentar certidão de cadastro no CRC/ES deverá apresentar, em 48 (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, quando da declaração do arrematante, todos os documentos e anexos exigidos para habilitação, facultada a apresentação via fax na forma do item anterior.

17.6 – Em se tratando de Microempresa - MI, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 618/2012, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para fins de assinatura do contrato ou do recebimento da ordem de serviço/fornecimento, e não para habilitação, devendo, contudo, o licitante, em tal caso, apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

17.6.1. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal de MI, EPP ou MEI, será assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que o termo inicial do prazo será o dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

17.6.2. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

17.7 - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encerramento da sessão de disputa e solicitação do pregoeiro.

17.8 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

17.9 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

17.10 – Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

17.11 – Quando verificada discrepância relevante entre o preço da menor oferta obtida no certame e aquele decorrente da negociação com o licitante remanescente, será facultado à Administração revogar o procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado, assegurada a ampla defesa e o contraditório.



18 - OS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 – No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato “pdf”. Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

18.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

19 - DA ADJUDICAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.



19.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

19.4 – No ato de assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do pacto.

19.5 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, observado o disposto no § 2º do item 20.2.

19.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC/ES e no SICAF, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER, mediante motivação do órgão ou entidade licitante.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

20.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

20.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto contratual;

20.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 20.2 deste edital e na Lei Federal nº8.666/93;

20.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

20.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº8666/93;



d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº8.666/93;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

20.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

20.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

20.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

Lote 1 – R\$122.443,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos e quarenta e três reais).

Lote 2 – R\$25.105,00 (vinte e cinco mil e cento e cinco reais).

Lote 3 – R\$49.980,00 (quarenta e nove mil e novecentos e oitenta reais).

Lote 4 – R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

21.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.3 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.



- 21.4 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.
- 21.5 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.
- 21.6 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.
- 21.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 21.8 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.
- 21.9 - Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.
- 21.10- Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.
- 21.11- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.12- As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 21.13- Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 21.14- A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.
- 21.15- Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.
- 21.16- A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado,



pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.17- Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

21.18- A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvando o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

21.19- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vitória (ES), 11 de agosto de 2014.

Patrícia Bravim Melotti
Pregoeira / SEFAZ-ES



ANEXO I

PREGÃO Nº 018/2014

DESCRIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Aquisição e instalação de mobiliário de madeira para alguns ambientes da Nova Sede da SEFAZ/ES, localizada na Enseada do Suá (Vitória/ES), conforme especificações contidas neste Anexo e desenhos técnicos constantes do Anexo I-A.

Este documento possui as características técnicas básicas, descrições técnicas dos componentes e condições para a prestação do serviço.

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado da Fazenda concentrará em um único edifício de 15 pavimentos, ainda em fase de construção, todos os seus órgãos centrais – Secretaria, Assessorias, Gerências, Subgerências, entre outros – que se encontram atualmente distribuídos em vários imóveis da capital.

Apesar de constar do projeto arquitetônico original de construção da Nova Sede, o mobiliário de alguns ambientes da Nova Sede da Secretaria, que possuem características físicas e funcionais e requerem um mobiliário diferenciado e específico, não foi contemplado na planilha da obra elaborada pelo IOPES - Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo e, por isso, não será executado pelo Consórcio DCS. São eles: cozinha da área de vivência (01); copas dos pavimentos térreo (01), 1º (01), tipo (10), secretário (01) e auditório (01); DMLs – depósitos de material de limpeza (15); recepção (01); plenário (01); e laboratório (01).

Desta forma, visando propiciar o adequado uso dos espaços e a otimização dos mesmos, com uma ambientação compatível com suas dimensões e usos específicos, cabe à SEFAZ sua contratação por meio de processo licitatório.

3. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. Apresentar o planejamento e a logística da fabricação, montagem e instalação do mobiliário de madeira da Nova Sede para aprovação e acompanhamento pela SEFAZ.

3.2. Entregar, de acordo com a demanda da SEFAZ, os itens especificados neste Anexo, em no máximo 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida por esta Secretaria, conforme item 8 deste Anexo. Em caso de desacordo com as referidas especificações, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do produto.

3.3. Caso necessário, comunicar à SEFAZ, por escrito, no prazo de 48 horas antecedentes ao prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem sua execução.



- 3.4. Considerar que, a critério da CONTRATANTE, o serviço de instalação poderá ser executado durante o período noturno, bem como nos finais de semana e feriados.
- 3.5. Conferir todas as medidas no local, antes de fabricar os produtos.
- 3.6. Realizar a instalação e os testes de perfeito funcionamento dos produtos.
- 3.7. Manter limpas as áreas de trabalho, principalmente após a conclusão da instalação. Será de total responsabilidade da empresa a retirada horizontal, vertical e bota fora de todo entulho proveniente das embalagens e afins, devendo deixar todos os andares limpos após a instalação.
- 3.8. Assegurar, por meio de apresentação de declaração firmada pelo seu representante legal, garantia mínima de qualidade de 24 (vinte e quatro) meses, contado do recebimento definitivo do objeto, conforme item 5 deste Anexo.
- 3.9. Retirar, transportar, substituir ou corrigir às suas expensas no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento da notificação expedida pela SEFAZ, o material que for constatado com vícios, avarias, defeitos e/ou incorreções.
- 3.10. Arcar com todos os gastos e despesas, diretas ou indiretas, que se fizerem necessários à execução do objeto, bem como para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, tais como: impostos, taxas, emolumentos, equipamentos, ferramentas, transportes horizontais e verticais, fretes, peças, acessórios, etc.
- 3.11. Registrar as ocorrências havidas durante a montagem/instalação do objeto, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.
- 3.12. Usar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado, treinado e devidamente identificado com o uniforme da empresa, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança e com qualidade.
- 3.13. Prever a proteção dos bens móveis, com material apropriado, no caso de risco de danos ou manchas provenientes da execução do serviço.
- 3.14. Prestar todo e qualquer esclarecimento que lhe for solicitado pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.
- 3.15. Quando solicitado pela CONTRATANTE, refazer ou desfazer qualquer entrega ou serviços, no todo ou em parte, que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Designar formalmente servidor (es) responsável (is) pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução do objeto, competindo-lhe(s) atestar a entrega e a perfeita montagem/instalação do objeto, sem o qual não será permitido qualquer pagamento.



4.2. Tornar disponíveis os locais onde será entregue o mobiliário, permitindo o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto, desde que devidamente identificados e “cadastrados”, conforme normas de acessibilidade do órgão contratante.

4.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes solicitados pela CONTRATADA.

4.4. Comunicar a CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do mobiliário.

4.5. Fiscalizar a entrega do mobiliário, podendo sustar, recusar, solicitar, fazer ou desfazer qualquer entrega ou serviços, no todo ou em parte, que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Anexo.

4.6. Emitir relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e à fiscalização da execução dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções.

5. CONDIÇÕES DE GARANTIA

5.1. Os produtos deverão ter garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, contra defeitos de fabricação e para reposição de peças, contados a partir da emissão do Termo de Aceite Definitivo pela SEFAZ.

5.2. A garantia deverá abranger a assistência técnica dos produtos diretamente pela CONTRATADA ou por intermédio de empresa credenciada, e de acordo com as normas técnicas específicas para cada material e/ou componentes, a fim de manter o objeto em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.3. Entende-se por assistência técnica aquela destinada a corrigir defeitos apresentados compreendendo a substituição de produtos, peças ou componentes, ajustes, reparos e outras correções necessárias.

5.4. Todas as substituições de peças, os ajustes e reparos necessários, deverão ser compatíveis com os ofertados pela licitante.

5.5. A empresa deverá fornecer número de telefone e e-mail para abertura dos chamados para manutenção e/ou assistência técnica, devendo os chamados serem atendidos pela empresa num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a comunicação por parte da CONTRATANTE.

6. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A SEFAZ designará formalmente servidores da SULOLOG (Subgerência de Infraestrutura, Suprimentos e Logística) responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução do objeto, competindo-lhes atestar a entrega e a perfeita montagem/instalação do objeto, sem o qual não será permitido qualquer pagamento.



7. PROPOSTA TÉCNICA

7.1. A licitante arrematante deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal de que todo o mobiliário ofertado utilizará em sua fabricação madeira resultante de reflorestamento e certificada pelo selo de qualidade FSC - Forest Stewardship Council, em consonância com a Lei Estadual nº 7825/2004.

8. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA PARA INSTALAÇÃO

8.1. O mobiliário deverá ser entregue e montado/instalado na Nova Sede da SEFAZ, localizada na Rua João Batista Parra/Rua Clóvis Machado, Enseada do Suá, Vitória, de acordo com a demanda da Secretaria, em no máximo 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.2. A aceitação será efetuada da seguinte forma:

8.2.1 PROVISORIAMENTE: no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas.

8.2.2 DEFINITIVAMENTE: após verificação criteriosa de que o Mobiliário encontra-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado, quanto à qualidade e quantidade.

8.3. A CONTRATADA deverá efetuar a troca do(s) produto(s) que não atender(em) às especificações do objeto contratado e/ou amostras aprovadas pela CONTRATADA no prazo de 10 (dez) corridos, a contar do recebimento da solicitação, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As empresas que manifestarem interesse em visitar o local dos serviços deverão agendar junto ao setor responsável:

Mariana Miranda – mariana.miranda@sefaz.es.gov.br
Fernanda Furtado – ffdias@sefaz.es.gov.br
Tel.: (27) 3636-3911

9.2. A CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o objeto que lhe cabe, buscando elucidar junto à CONTRATANTE, antes do início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes, materiais a serem aplicados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

9.3. A CONTRATADA deverá executar o objeto sempre de acordo com as recomendações dos fabricantes e em obediência às normas técnicas e regulamentares atinentes aos assuntos, expedidas pelos órgãos competentes.

9.4. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: materiais, mão de obra para fabricação, montagem e instalação da marcenaria, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc. correrão por conta da CONTRATADA.



9.5. O controle de qualidade e outros controles exigidos pela CONTRATANTE não eximirão a CONTRATADA da total e irrestrita responsabilidade pelos serviços executados.

9.6. Os serviços somente serão considerados executados após a retirada de eventuais entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

9.7. A conclusão dos serviços deverá ser comunicada pela CONTRATADA, logo que ocorrer, para avaliação e aprovação pela CONTRATANTE.

9.8. A conclusão dos serviços poderá ser comunicada por meio de correio eletrônico a ser disponibilizado à CONTRATADA.

9.9. Os produtos rejeitados pela SEFAZ, por não estarem de acordo com este Projeto Básico ou não classificados como de primeira qualidade, deverão ser substituídos corretamente e com antecedência necessária para não prejudicarem o andamento cronológico de fornecimento, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente.

9.10. O recebimento definitivo do objeto não isenta a CONTRATADA de responsabilidades futuras quanto à qualidade do mesmo.

9.11. Será de total responsabilidade da CONTRATADA zelar pelas ferramentas, equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços.



LOTE 01 - COPAS, ÁREAS DE SERVIÇO E ÁREA DE VIVÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO BÁSICA	QUANT. (unidade)	LOCAL DE INSTALAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
1.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 361 CM, ALTURA 64 CM, PROFUNDIDADE 50 E 65 CM; QUANTIDADE PORTAS: 04 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 04 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: 02 GAVETOS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	01	Copa do pavimento térreo	3.800,00	3.800,00
2.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: 40 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 70 CM, ALTURA 223 CM, PROFUNDIDADE 45 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 05 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: SEM GAVETOS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Área de Serviço do pavimento térreo	2.500,00	2.500,00
3.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 216 CM, ALTURA 64 CM, PROFUNDIDADE 61 CM; QUANTIDADE PORTAS: 03 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 02 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: 01 GAVETAO; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Copa do 1º Pavimento (mezanino)	2.300,00	2.300,00
4.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: 40 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 136 CM, ALTURA 210 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; QUANTIDADE PORTAS: 03 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 05 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: SEM GAVETOS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		4.800,00	4.800,00



5.	PRATELEIRA; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PUXADORES: SEM PUXADOR; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 127 CM, ALTURA 2 CM, PROFUNDIDADE 21 CM; COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	04		4.300,00	17.200,00
6.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: 40 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 55 CM, ALTURA 210 CM, PROFUNDIDADE 45 CM; QUANTIDADE PORTAS: 01 PORTA; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 05 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Área de Serviço do 1º Pavimento (mezanino)	1.900,00	1.900,00
7.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 165 CM, ALTURA 64 CM, PROFUNDIDADE 59 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 02 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: 01 GAVETAO; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	10		1.700,00	17.000,00
8.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 110 CM, ALTURA 73 CM, PROFUNDIDADE 37 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 02 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: 01 GAVETAO; CARACTERISICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	10	Copa dos pavimentos tipo (2º ao 11º pavimento)	1.360,00	13.600,00
9.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: 40 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 90 CM, ALTURA 210 CM, PROFUNDIDADE 45 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 05 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	10	Área de Serviço dos pavimentos tipo. (2º ao 11º pavimento)	3.200,00	32.000,00
10.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR;	01		2.300,00	2.300,00



	PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 200 CM, ALTURA 69 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 04 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: 01 GAVETAO; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE				
11.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 155 CM, ALTURA 64 CM, PROFUNDIDADE 60 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 02 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: 01 GAVETAO; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Copa do 12º pavimento (Secretário)	1.650,00	1.650,00
12.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: 40 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 70 CM, ALTURA 210 CM, PROFUNDIDADE 45 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 05 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Área de Serviço do 12º pavimento (Secretário)	2.450,00	2.450,00
13.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 41 CM, ALTURA 80 CM, PROFUNDIDADE 45 CM; QUANTIDADE PORTAS: 01 PORTA; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Cozinha da Área de vivência (13º pavimento)	513,00	513,00
14.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: PIVOTANTE; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 132 CM, ALTURA 80 CM, PROFUNDIDADE 45 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM	01		1.700,00	1.700,00



	INSTALACAO, COM ESPACO PARA FORNO ELETRICO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE				
15.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: DE CORRER; PUXADORES: 40 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 150 CM, ALTURA 64 CM, PROFUNDIDADE 58 CM; QUANTIDADE PORTAS: 03 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		1.500,00	1.500,00
16.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 202 CM, ALTURA 70 CM, PROFUNDIDADE 45 CM; QUANTIDADE PORTAS: 04 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 02 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		2.600,00	2.600,00
17.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 225 CM, ALTURA 64 CM, PROFUNDIDADE 61 CM; QUANTIDADE PORTAS: 03 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 03 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: 02 GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		2.400,00	2.400,00
18.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: DE CORRER; PUXADORES: 12 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 271,5 CM, ALTURA 64 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; QUANTIDADE PORTAS: 04 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO, COM ESPACO PARA MICROONDAS; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		2.900,00	2.900,00
19.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS:	01		2.300,00	2.300,00



	LARGURA 204 CM, ALTURA 67 CM, PROFUNDIDADE 80 CM; QUANTIDADE PORTAS: 06 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 04 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: 02 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: 04 GAVETOS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE				
20.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: 40 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 90 CM, ALTURA 210 CM, PROFUNDIDADE 40 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 05 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: SEM GAVETOS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Área de serviço da área de vivência (13º Pavimento)	3.200,00	3.200,00
21.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR E BASCULANTE; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 171 CM, ALTURA 75 CM, PROFUNDIDADE 67 CM; QUANTIDADE PORTAS: 03 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 02 PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: SEM GAVETOS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO, COM ESPACO PARA FORNO ELETRICO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Copa do 14º pavimento (auditório)	1.980,00	1.980,00
22.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: FORMICA; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 171 CM, ALTURA 64 CM, PROFUNDIDADE 40 CM; QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 02 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: 01 GAVETAO; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		1.850,00	1.850,00

VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 01: R\$122.443,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos e quarenta e três reais).



LOTE 02 - RECEPÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO BÁSICA	QUANT. (unidade)	LOCAL DE INSTALAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
23.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: GOFRATO; COR: BRANCO; PORTAS: SEM PORTAS; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 116 CM, ALTURA 54 CM, PROFUNDIDADE 60 CM; QUANTIDADE PORTAS: SEM PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: SEM PRATELEIRAS; QUANTIDADE DE GAVETAS: 04 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: 02 GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM ESPACO PARA CPU, COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Recepção (Pavimento Térreo)	3.355,00	3.355,00
24.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: GOFRATO; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 215 CM, ALTURA 54 CM, PROFUNDIDADE 20 CM; QUANTIDADE PORTAS: 06 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	02		6.200,00	12.400,00
25.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: GOFRATO; COR: BRANCO; PORTAS: SEM PORTAS; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 85 CM, ALTURA 54 CM, PROFUNDIDADE 60 CM; QUANTIDADE PORTAS: SEM PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: SEM PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 02 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: 01 GAVETAO; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM ESPACO PARA CPU, COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		2.400,00	2.400,00
26.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: GOFRATO; COR: BRANCO; PORTAS: SEM PORTAS; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 100 CM, ALTURA 54 CM, PROFUNDIDADE 60 CM; QUANTIDADE PORTAS: SEM PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: SEM PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: 04 GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: 02 GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM	01		2.850,00	2.850,00



	ESPAÇO PARA CPU, COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE				
27.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: GOFRATO; COR: BRANCO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: PERFIL J EM ALUMINIO COM ACABAMENTO FOSCO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 142 CM, ALTURA 54 CM, PROFUNDIDADE 24 CM; QUANTIDADE PORTAS: 04 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOES: SEM GAVETOES; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM INSTALACAO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		4.100,00	4.100,00

VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 02: R\$25.105,00 (vinte e cinco mil e cento e cinco reais).

LOTE 03 - PLENÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO BÁSICA	QUANT. (unidade)	LOCAL DE INSTALAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
28.	MESA; FORMATO: RETANGULAR; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO; COR: PADRAO AMADEIRADO; SAIA: 72 CM EM MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; ESTRUTURA: MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 300 CM, ALTURA 75 CM, PROFUNDIDADE 40 CM; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BORDAS RETAS EM TODO O CONTORNO NA MESMA COR DO TAMPO, 2 CAIXAS DE ACO COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA COM NO MINIMO 3 FURACOES PARA TOMADA ELETRICA E 3 ENCAIXES PARA PONTOS DE DADOS E/OU VOZ E PASSAGEM PARA CABOS, PES ANTIDESLIZANTES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01	Plenário (2º Pavimento)	5.850,00	5.850,00
29.	MESA; FORMATO: RETANGULAR; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO; COR: PADRAO AMADEIRADO; SAIA: SEM SAIA; ESTRUTURA: MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 195 CM, ALTURA 75 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BORDAS RETAS EM TODO O CONTORNO NA MESMA COR DO TAMPO, CAIXA DE ACO COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA COM NO MINIMO 3 FURACOES PARA TOMADA ELETRICA E 3 ENCAIXES PARA PONTOS DE DADOS E/OU VOZ E PASSAGEM PARA CABOS, PES	01		3.800,00	3.800,00



	ANTIDESLIZANTES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE				
30.	MESA; FORMATO: CURVA; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO; COR: PADRAO AMADEIRADO; SAIA: 72 CM EM MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; ESTRUTURA: MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 340 CM, ALTURA 75 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BORDAS RETAS EM TODO O CONTOURO NA MESMA COR DO TAMPO, 03 CAIXAS DE ACO COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA COM NO MINIMO 3 FURACOES PARA TOMADA ELETRICA E 3 ENCAIXES PARA PONTOS DE DADOS E/OU VOZ E PASSAGEM PARA CABOS, PES ANTIDESLIZANTES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		6.630,00	6.630,00
31.	PULPITO; MATERIAL: MDF; MODELO: COLUNA COM PRATELEIRAS; REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO; COR: PADRAO AMADEIRADO; MEDIDAS APROXIMADAS DA MESA: 50 X 60 CM; MEDIDAS APROXIMADAS DA COLUNA: 122 X 25 X 40 CM; BASE: SEM BASE; ALTURA: 131 CM; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PES ANTIDESLIZANTES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		4.200,00	4.200,00
32.	MESA; FORMATO: RETANGULAR; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO; COR: PADRAO AMADEIRADO; SAIA: SEM SAIA; ESTRUTURA: MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 155 CM, ALTURA 75 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BORDAS RETAS EM TODO O CONTOURO NA MESMA COR DO TAMPO, CAIXA DE ACO COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA COM NO MINIMO 3 FURACOES PARA TOMADA ELETRICA E 3 ENCAIXES PARA PONTOS DE DADOS E/OU VOZ E PASSAGEM PARA CABOS, PES ANTIDESLIZANTES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	02		3.000,00	6.000,00
33.	MESA; FORMATO: RETANGULAR; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO; COR: PADRAO AMADEIRADO; SAIA: 35 CM EM MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; ESTRUTURA: MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 146 CM, ALTURA 71 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BORDAS RETAS EM TODO O CONTOURO NA MESMA COR DO TAMPO, CAIXA DE ACO COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA COM NO MINIMO 3 FURACOES PARA TOMADA ELETRICA E 3 ENCAIXES PARA PONTOS DE DADOS E/OU VOZ E PASSAGEM PARA CABOS, RODAS DE SILICONE COM	02		2.650,00	5.300,00



	NO MÍNIMO 5 CM DE ALTURA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE				
34.	MESA; FORMATO: CURVA; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO; COR: PADRAO AMADEIRADO; SAIA: 35 CM EM MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; ESTRUTURA: MDF NO MESMO PADRAO DO TAMPO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 120 CM, ALTURA 75 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BORDAS RETAS EM TODO O CONTOURNO NA MESMA COR DO TAMPO, CAIXA DE ACO COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA COM NO MÍNIMO 3 FURACOES PARA TOMADA ELETRICA E 3 ENCAIXES PARA PONTOS DE DADOS E/OU VOZ E PASSAGEM PARA CABOS, PES ANTIDSLIZANTES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	05		2.200,00	11.000,00
35.	ARMARIO; MATERIAL: MDF; REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMINICO; COR: PADRAO AMADEIRADO; PORTAS: ABRIR; PUXADORES: 40 CM COM ACABAMENTO CROMADO; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 195 CM, ALTURA 76 CM, PROFUNDIDADE 50 CM; QUANTIDADE PORTAS: 03 PORTAS; QUANTIDADE DE PRATELEIRAS: 01 PRATELEIRA; QUANTIDADE DE GAVETAS: SEM GAVETAS; QUANTIDADE DE GAVETOS: SEM GAVETOS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PES ANTIDSLIZANTES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	01		7.200,00	7.200,00

VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 03: R\$49.980,00 (quarenta e nove mil e novecentos e oitenta reais).

LOTE 04 - LABORATÓRIO

36.	PAINEL DE MADEIRA; APLICACAO: PRATELEIRA; MATERIAL: MDP; REVESTIMENTO: GOFRATO; COR: BRANCO; PORTAS: SEM PORTAS; PUXADORES: SEM PUXADOR; MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 140 CM, ESPESSURA 2 CM, PROFUNDIDADE 40 CM; COM INSTALACAO EM PAREDE OU DIVISORIA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	06	Laboratório da GETEC – Gerência de Tecnologia da Informação	450,00	2.700,00
-----	---	----	---	--------	----------

VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 04: R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais).



OBSERVAÇÕES A TODOS OS LOTES:

O Mobiliário deverá atender ao design, layout e demais especificações de espessura, acabamentos, cores e padrões constantes nos desenhos técnicos anexados a este projeto.

Os revestimentos especificados deverão ser em ambas faces. Os materiais empregados deverão ter comprovada qualidade igual ou superior ao especificado.

As gavetas deverão ser deslizantes executadas com corrediças metálicas, com esferas ou com roletes, fabricadas em aço.

As dobradiças deverão ser em Zamak ou material de melhor qualidade, com sistema que permita o fechamento suave da porta e ângulo de abertura mínima de 105 graus.

Os rodízios, quando existentes, deverão ser em silicone, fixados no mobiliário com ferragem cromada.

São de total responsabilidade da CONTRATADA todos os elementos necessários à completa montagem e instalação do mobiliário conforme desenhos técnicos.

Quaisquer alterações que se façam necessárias para adequação das especificações de qualquer Licitante a este Projeto Básico, que não alterem a qualidade e a resistência dos materiais, função técnica e estética desejados, deverão ser submetidas a tempo para sua aceitação caso sejam julgadas pertinentes.

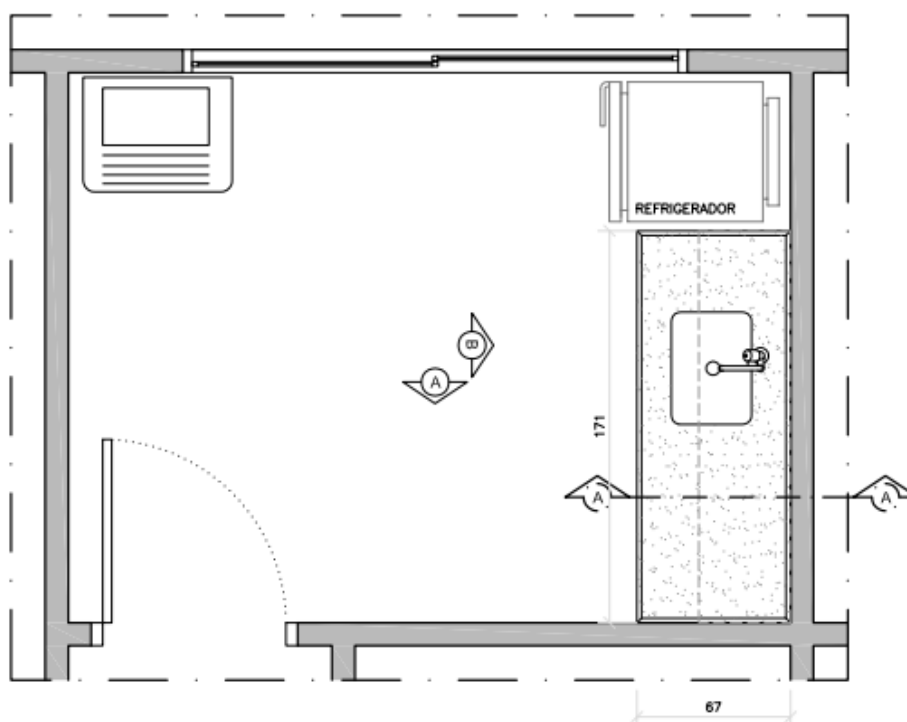
Os padrões especificados para o acabamento são referenciais, estando sua aceitação final condicionada à análise pela equipe responsável da SEFAZ.



ANEXO I – A
DESENHOS TÉCNICOS



LOTE 01



○ Copa 14º Pav. (Audtório) - Planta Baixa
Esc.: 1/25

LEGENDA

- (A) MDF com Fórmica Branca
- (B) Puxador alumínio fosco Ref: 2013-Perfil "J"- Alternativa ou similar

OBS: Conferir todas as medidas no local antes da execução e lembrar de verificar as dimensões dos eletrodomésticos.

NOVA SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ARQUITETURA DE INTERIORES - MARCENARIA

ESCALA:

Indicada

DATA:

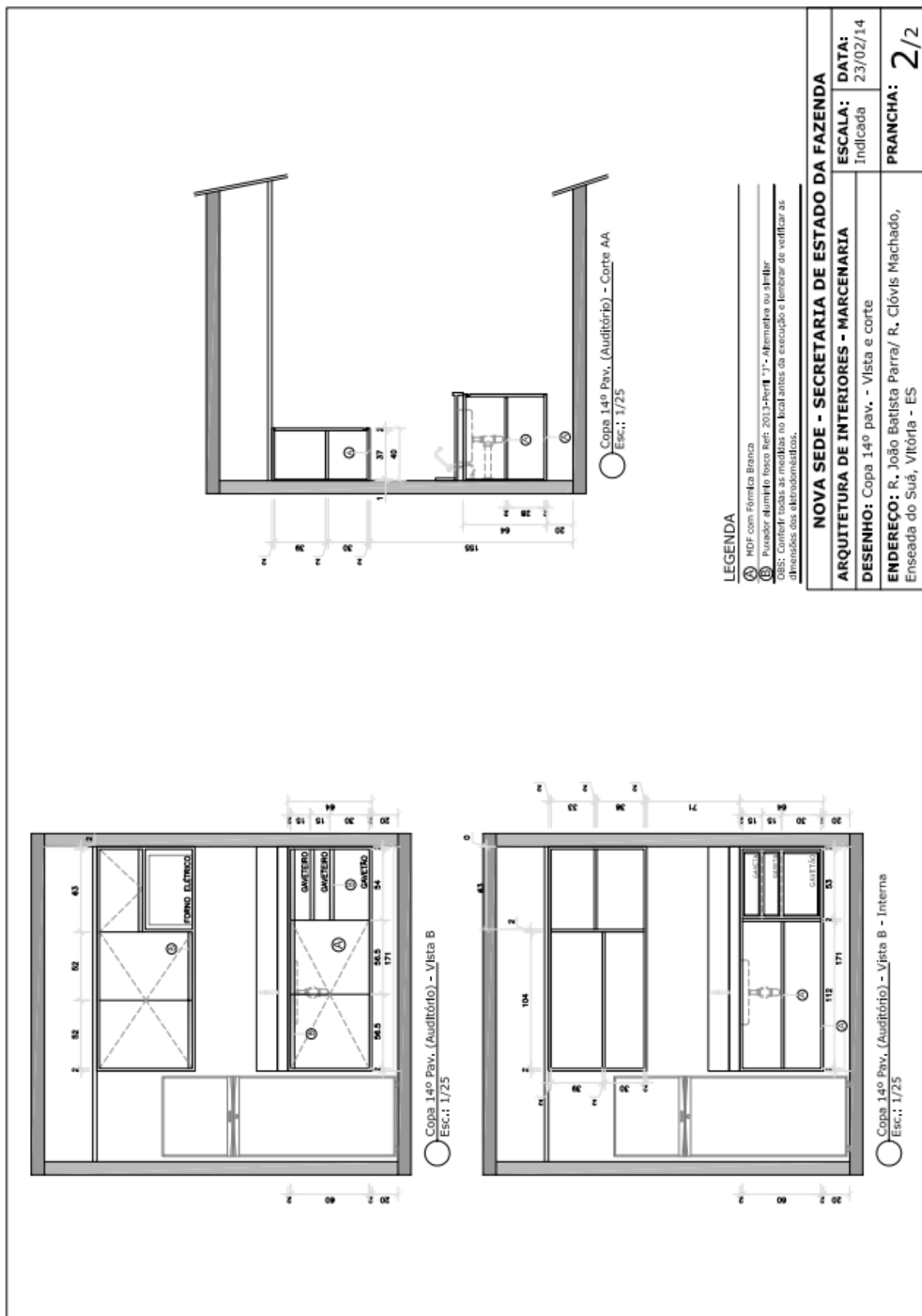
23/02/14

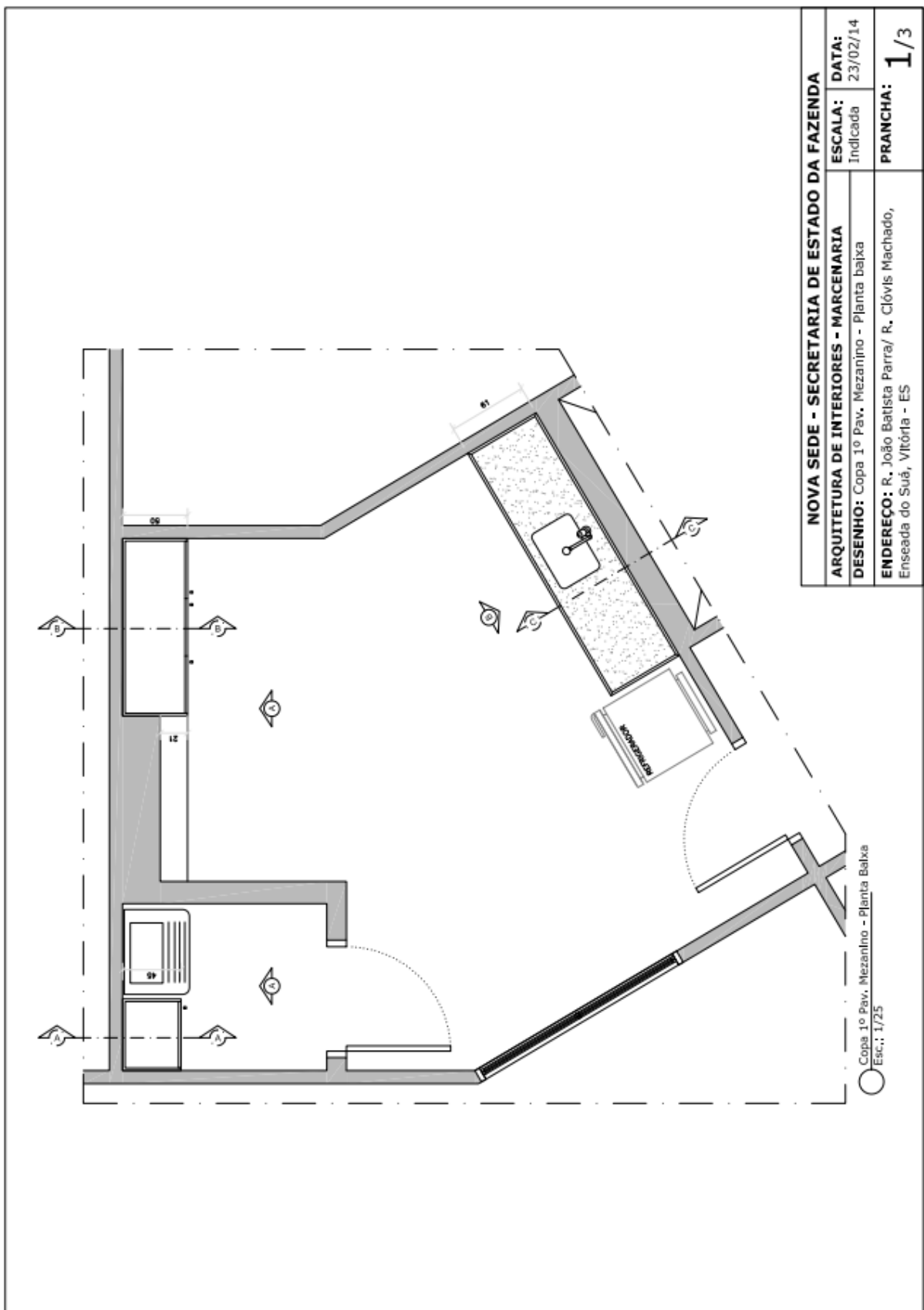
DESENHO: Copa 14º pav. - Planta baixa

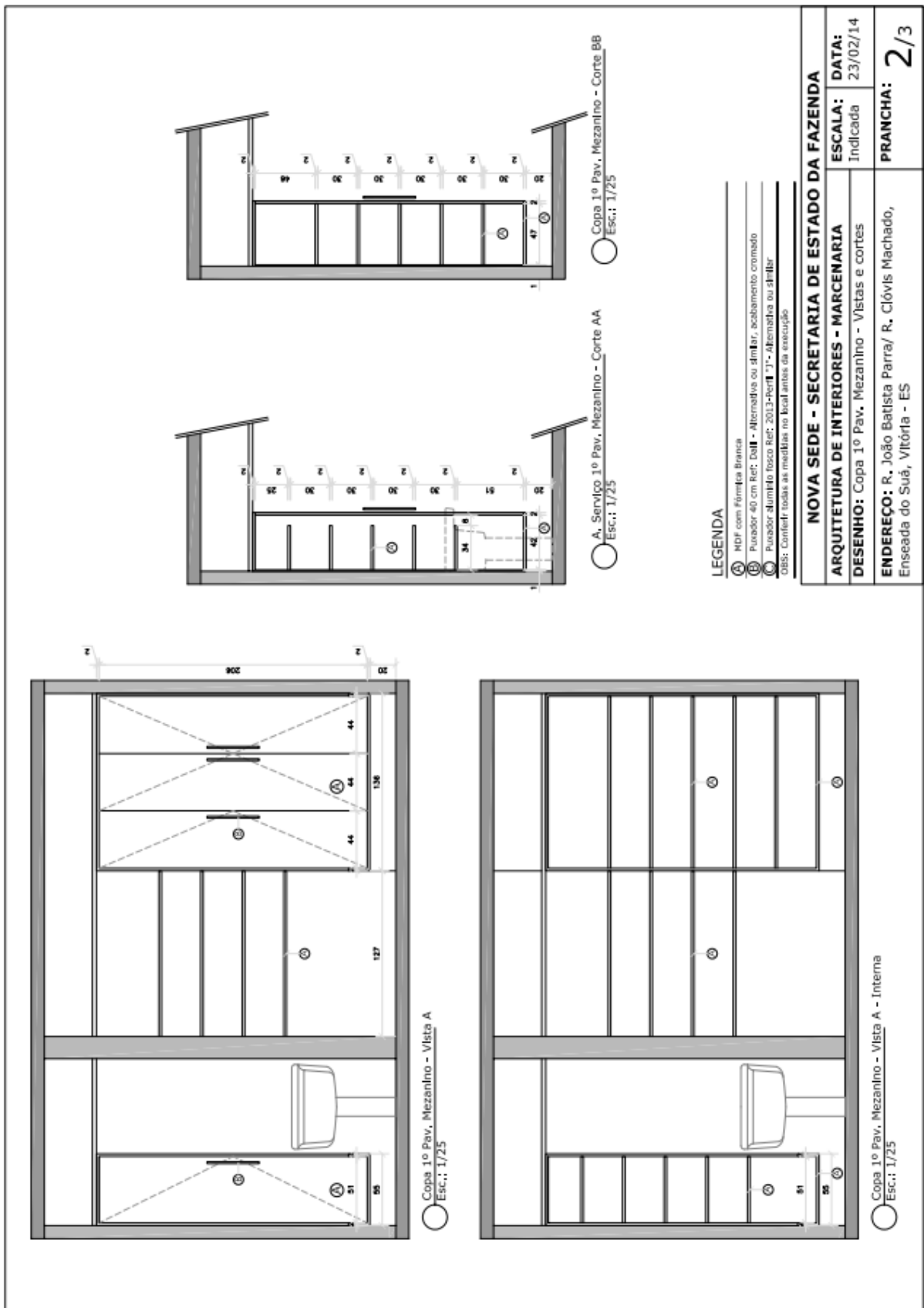
ENDEREÇO: R. João Batista Parra/ R. Clóvis Machado,
Enseada do Suá, Vitória - ES

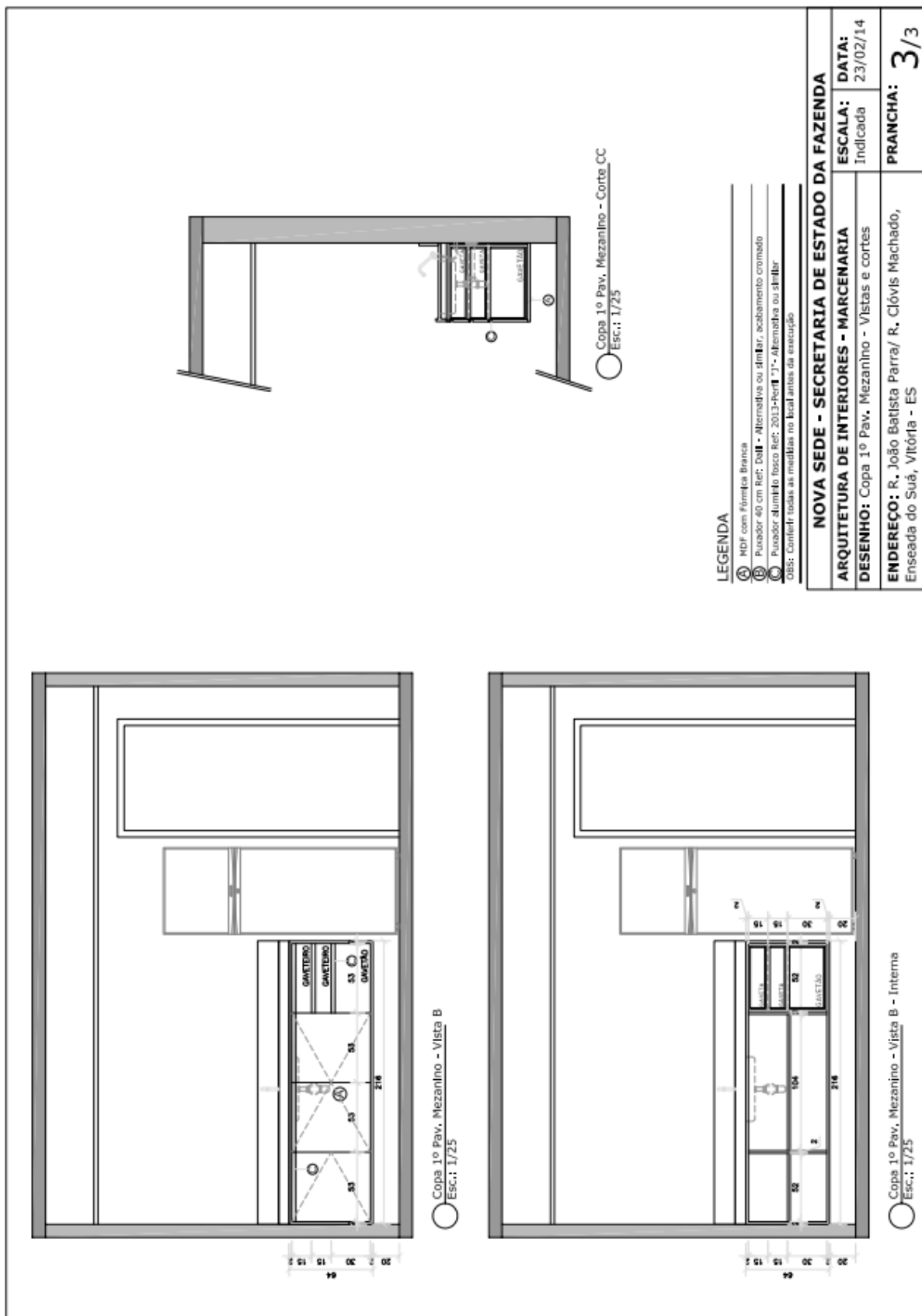
PRANCHA:

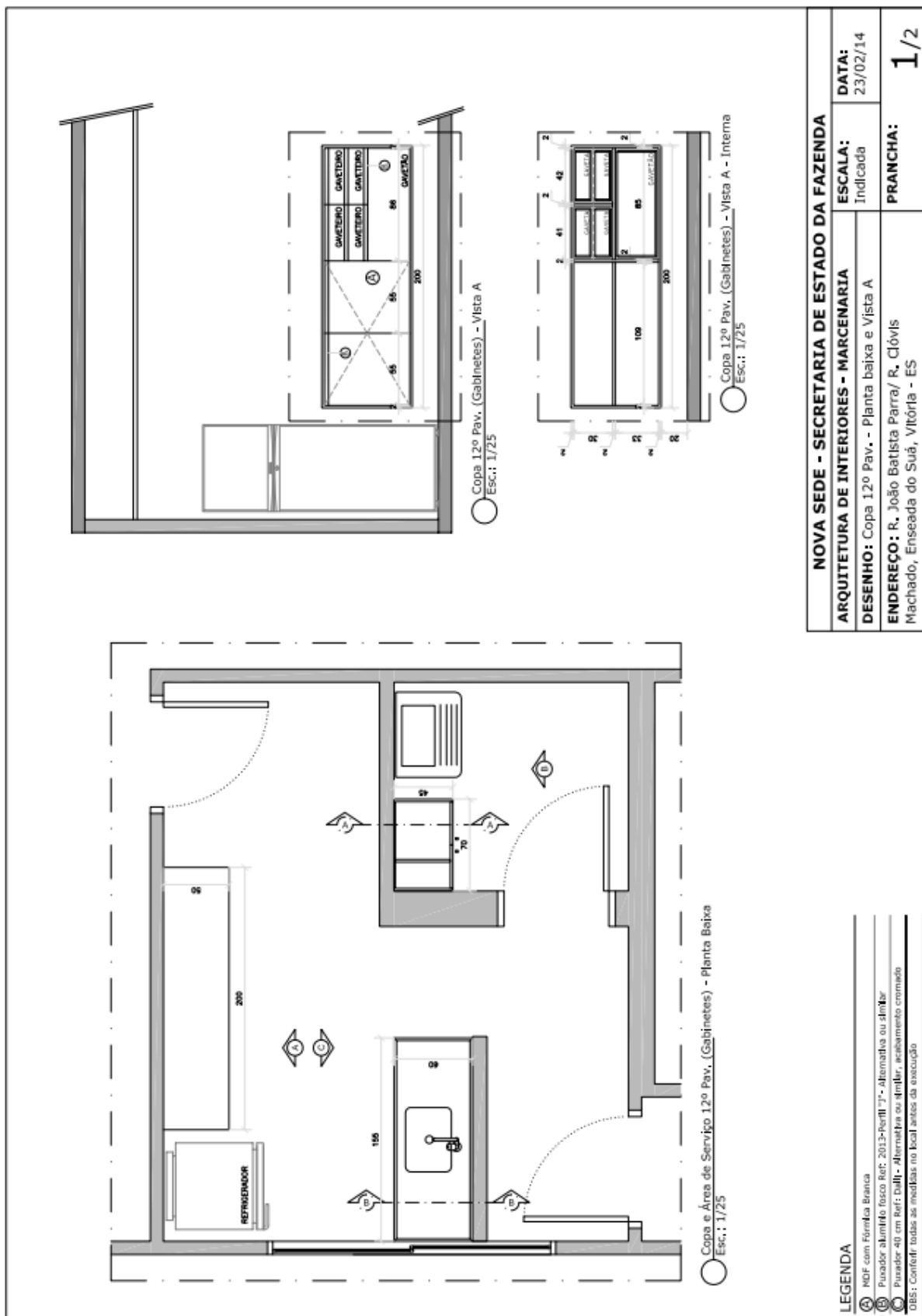
1/2

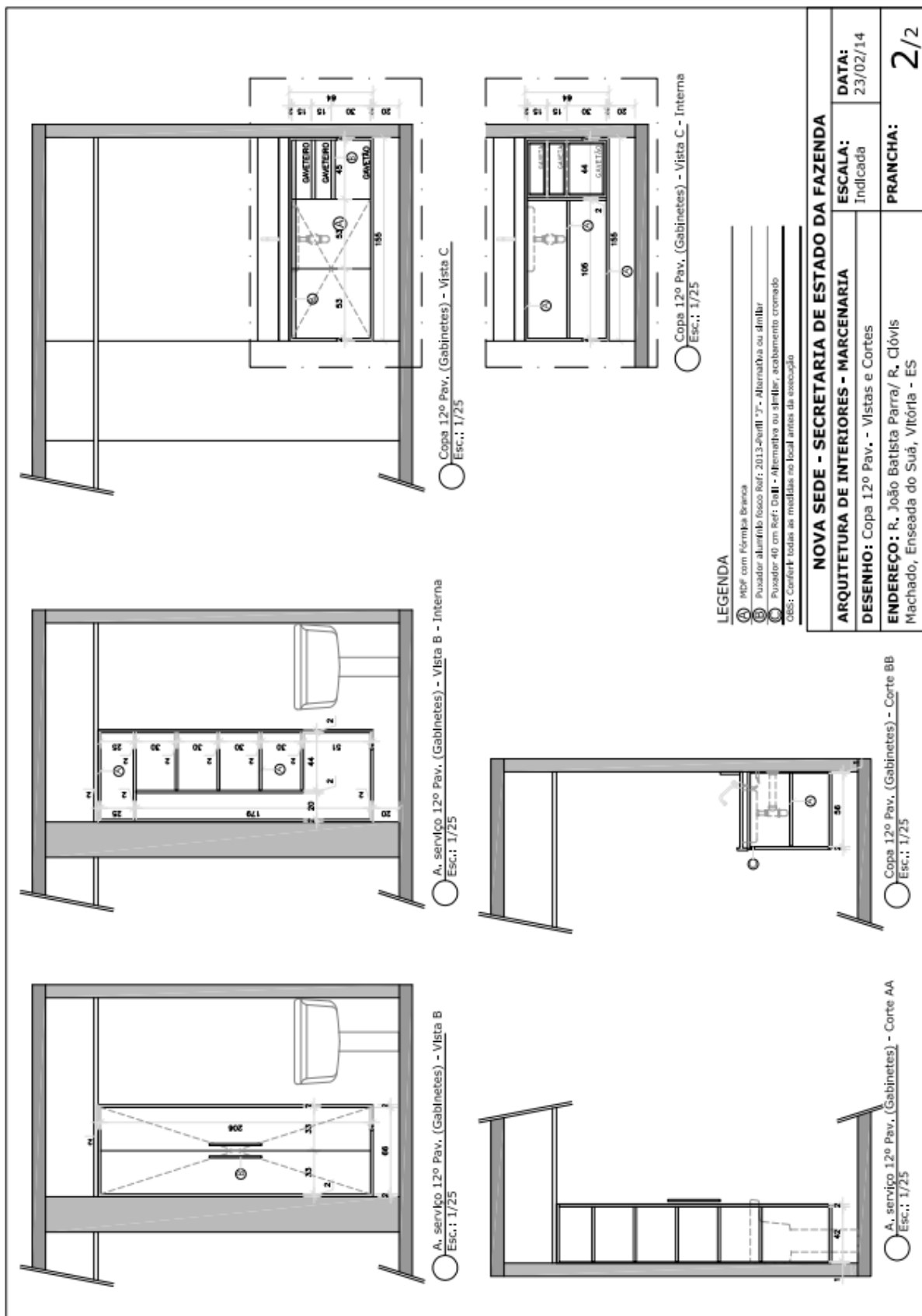


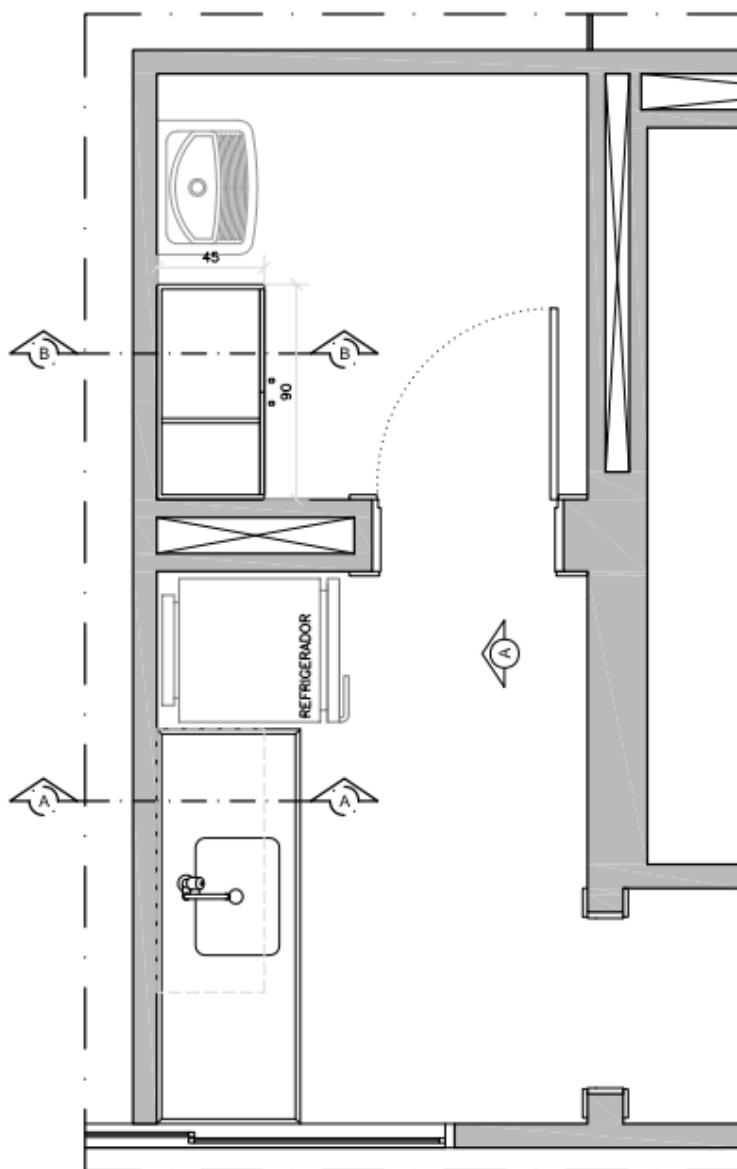








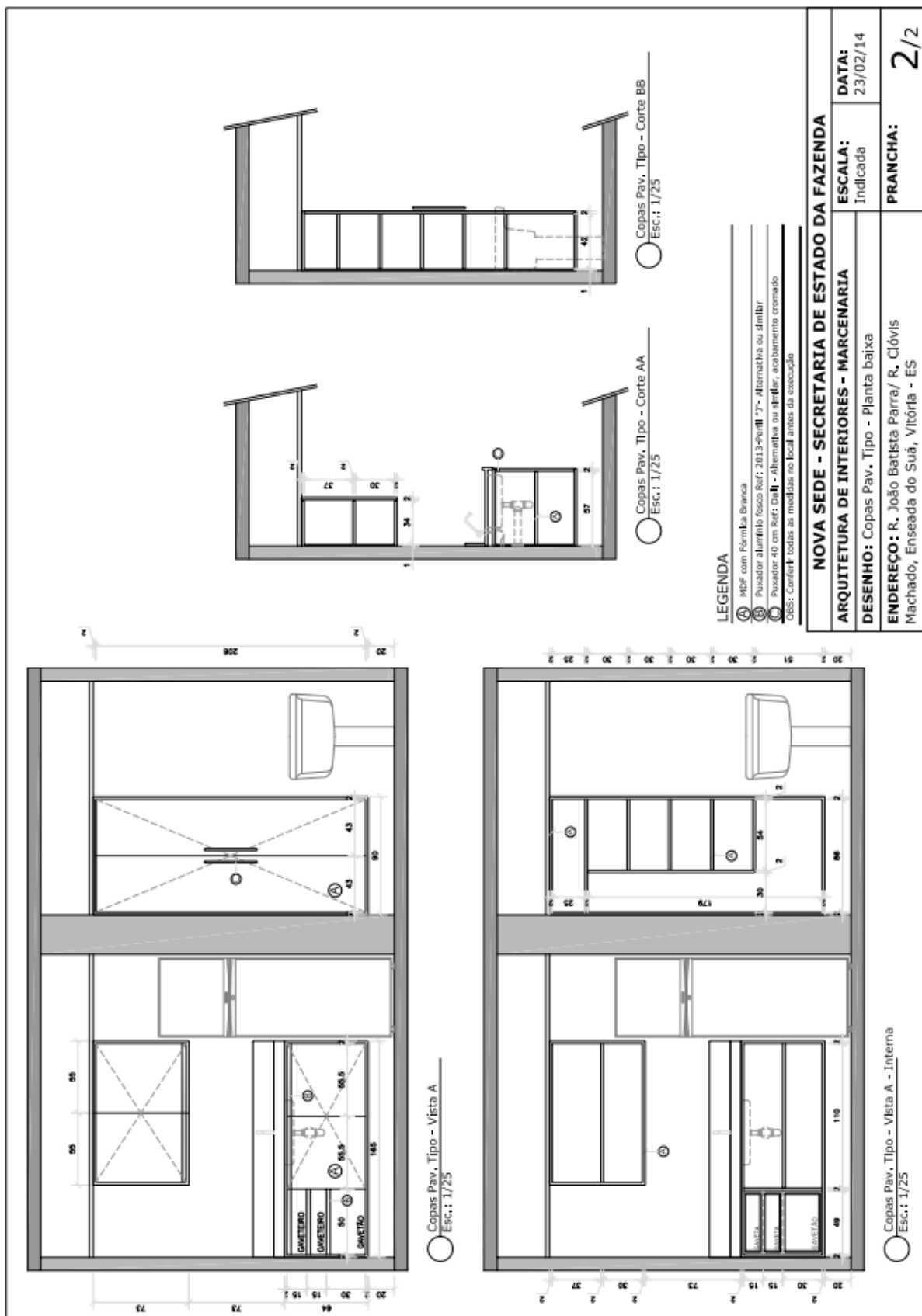


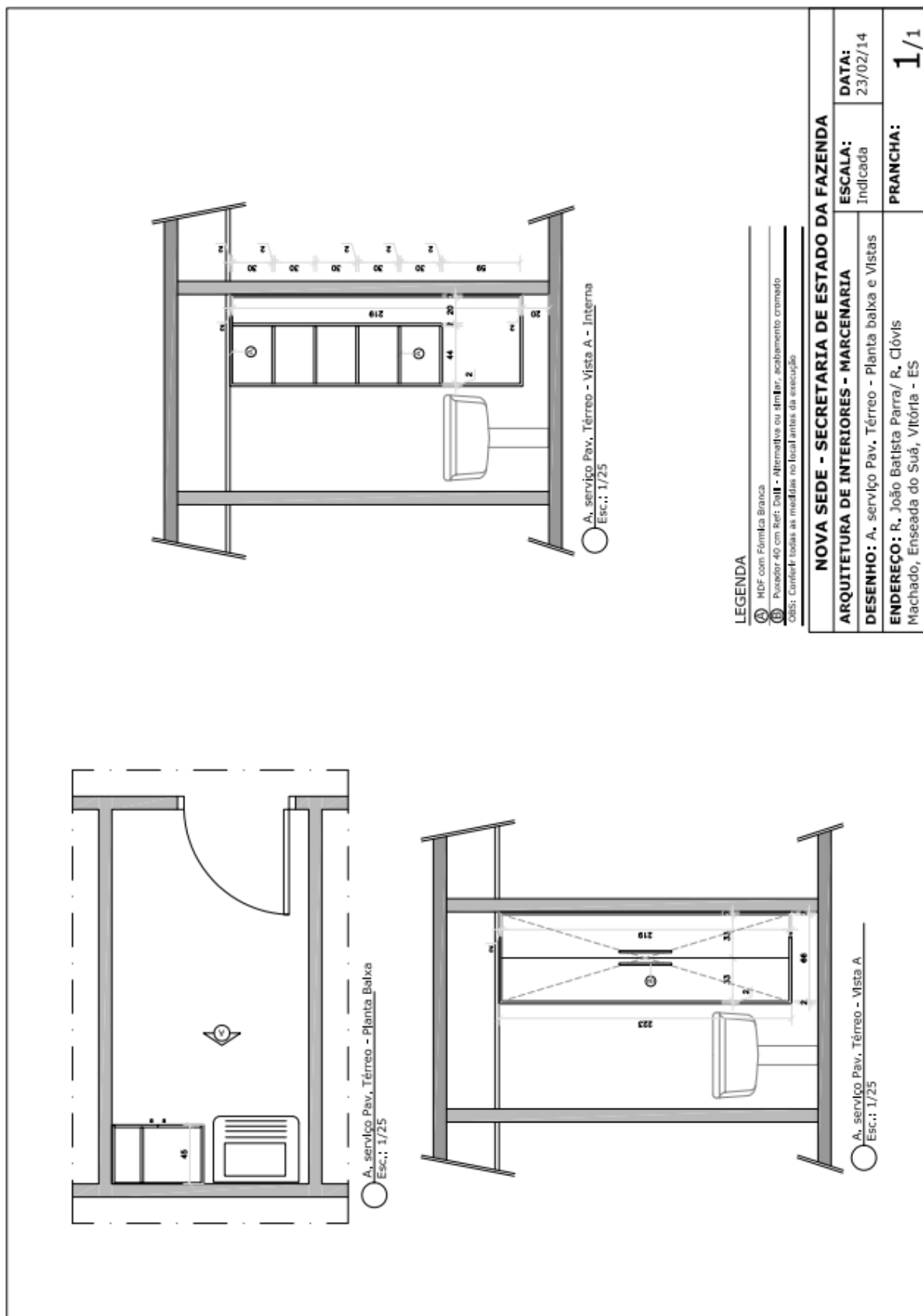


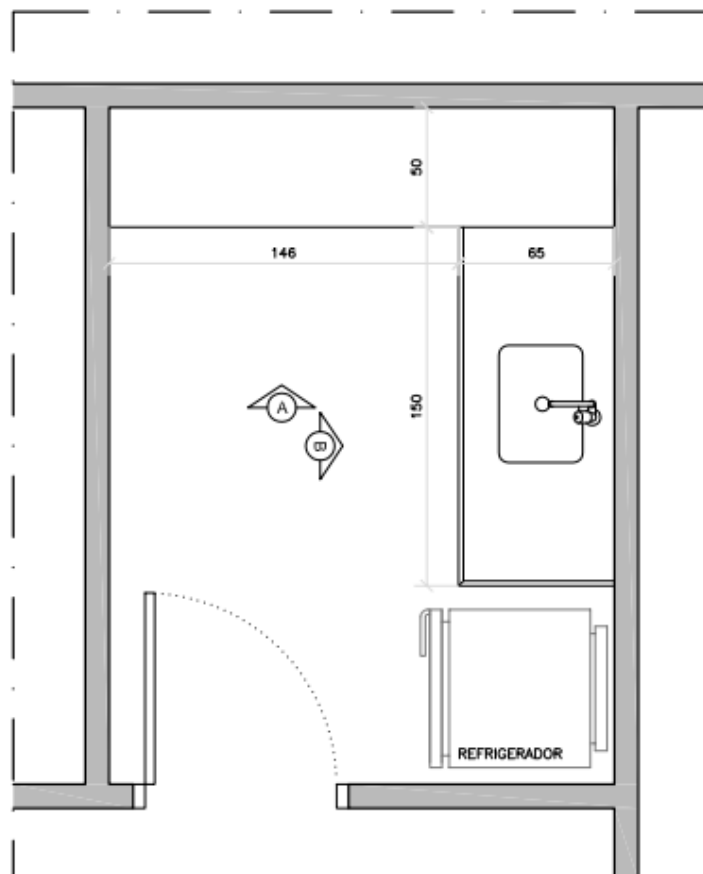
○ Copas Pav. Tipo - Planta Baixa
Esc.: 1/25

NOVA SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ARQUITETURA DE INTERIORES - MARCENARIA	ESCALA: Indicada	DATA: 23/02/14
DESENHO: Copas Pav. Tipo - Planta baixa		
ENDEREÇO: R. João Batista Parra/ R. Clóvis Machado, Enseada do Suá, Vitória - ES	PRANCHA:	1/2



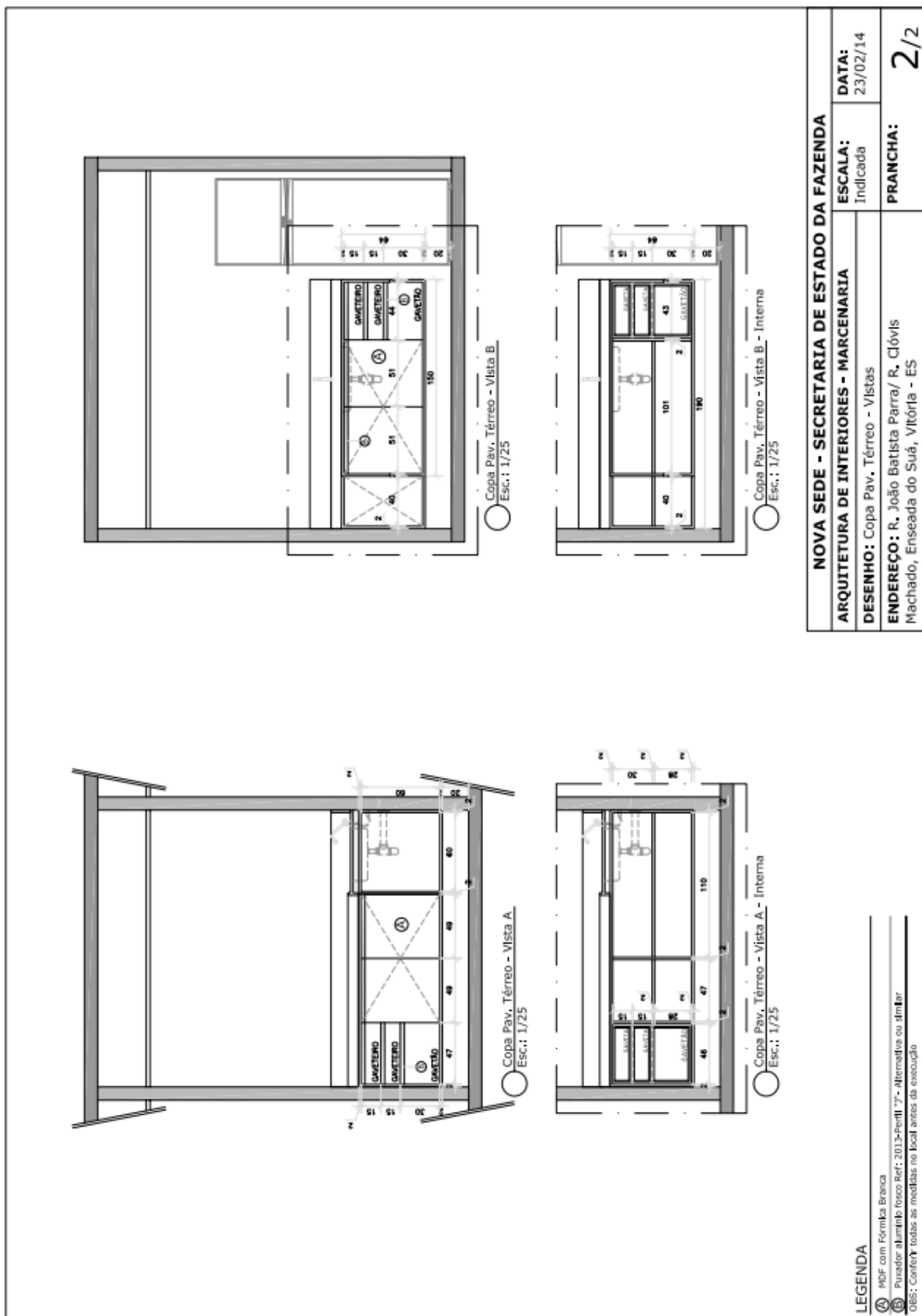




○ Copa Pav. Térreo - Planta Baixa
Esc.: 1/25

NOVA SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ARQUITETURA DE INTERIORES - MARCENARIA	ESCALA: Indicada	DATA: 23/02/14
DESENHO: Copa Pav. Térreo - Planta baixa		
ENDEREÇO: R. João Batista Parra/ R. Clóvis Machado, Enseada do Suá, Vitória - ES	PRANCHA:	1/2





A. Serviço 13º Pav. - Planta Baixa
Esc.: 1/25

A. Serviço 13º Pav. - Vista A.
Esc.: 1/25

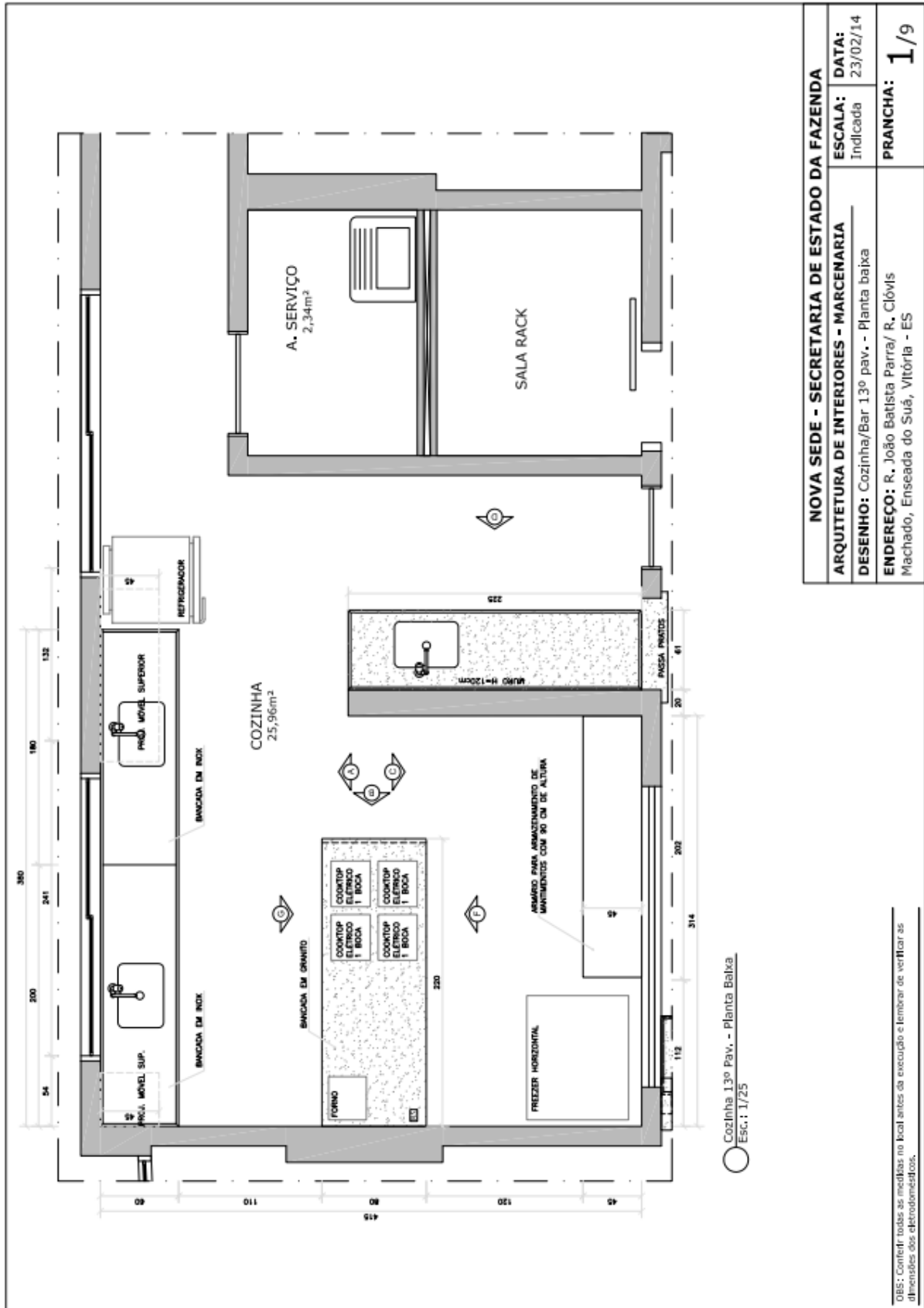
A. Serviço 13º Pav. - Corte AA
Esc.: 1/25

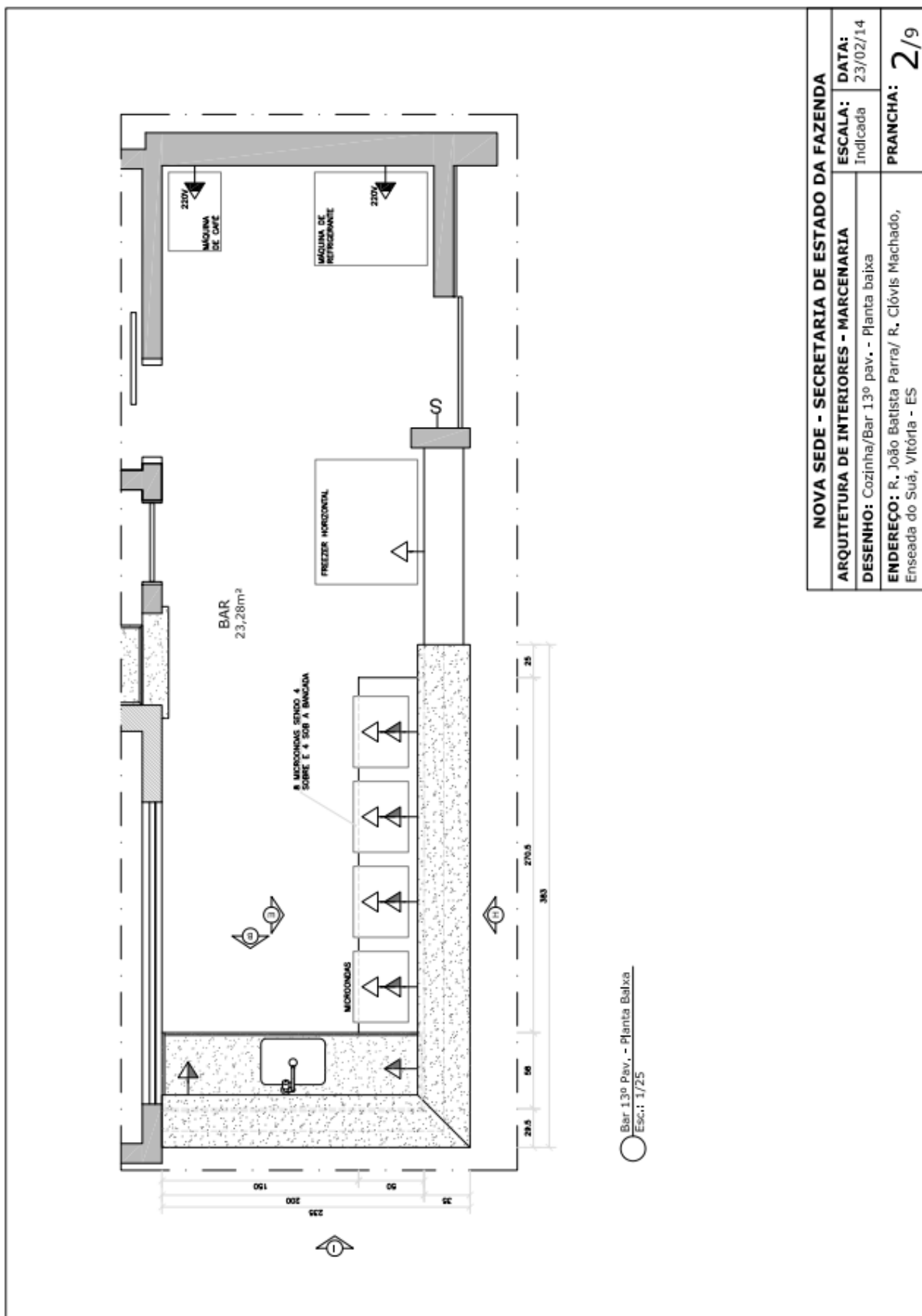
LEGENDA

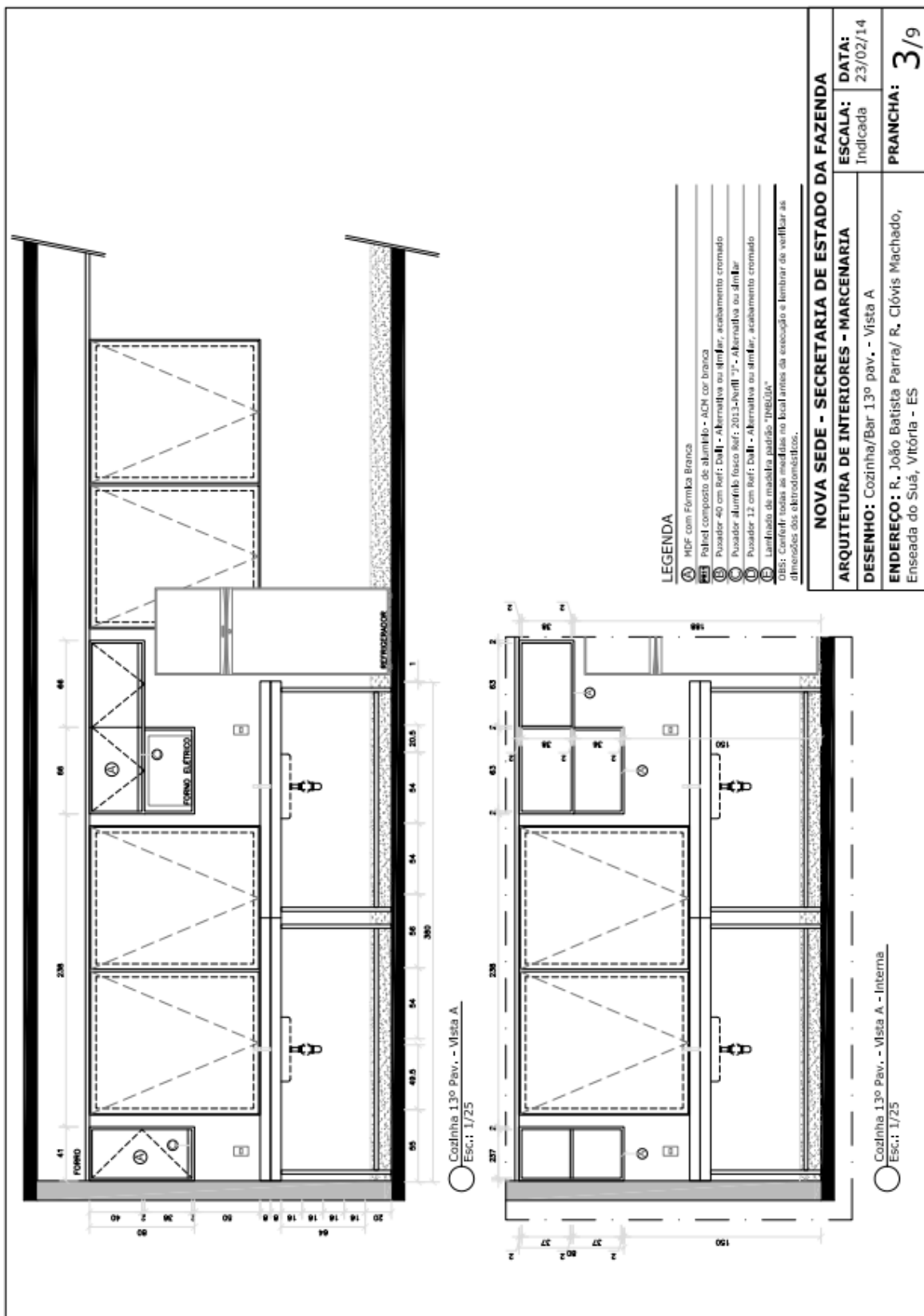
- ① MDF com Fôrma Branca
- ② Puzos 40 cm Ref: Dull - Alternativa ou Alilar, acabamento crômado

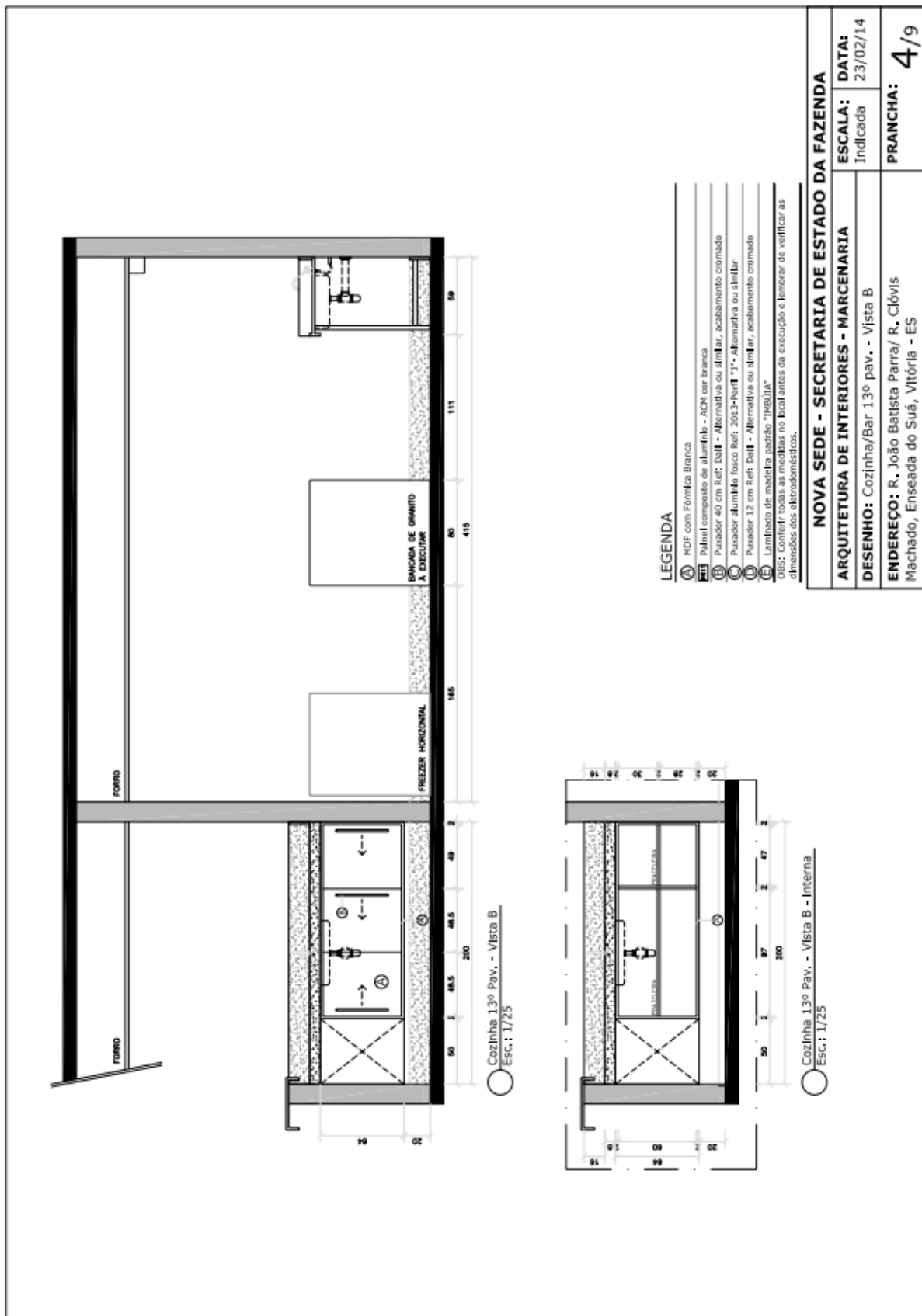
OBS: Conferir todas as medidas no local antes da execução e lembrar de verificar as dimensões dos eletrodômesticos.

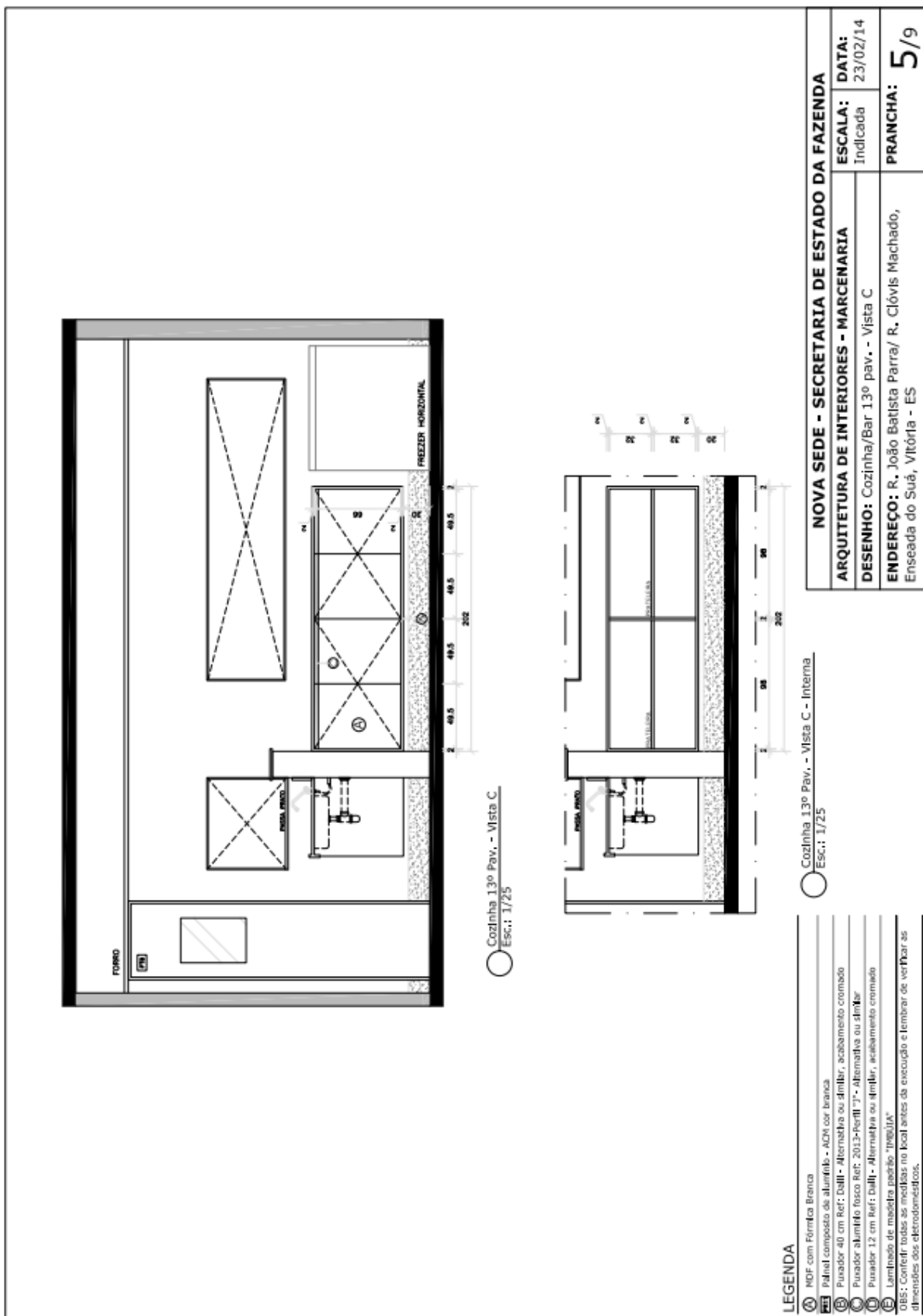
NOVA SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	
ARQUITETURA DE INTERIORES - MARCENARIA	ESCALA: Indicada
DESENHO: A. Serv. 13º pav. - Planta baixa, Vista e Corte	DATA: 23/02/14
ENDEREÇO: R. João Batista Parra/ R. Clóvis Machado, Enseada do Sua, Vitória - ES	PRANCHA: 1/1

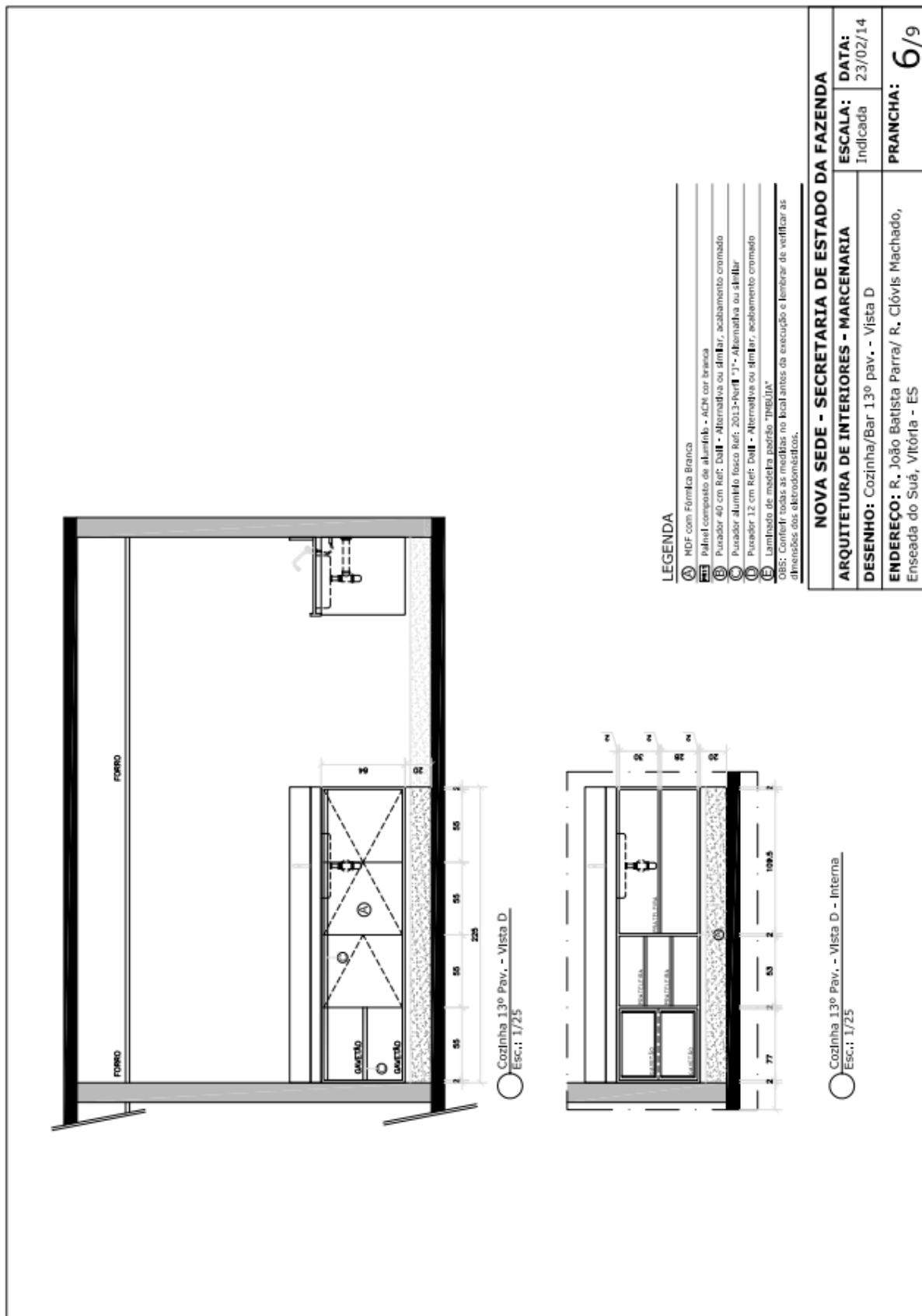


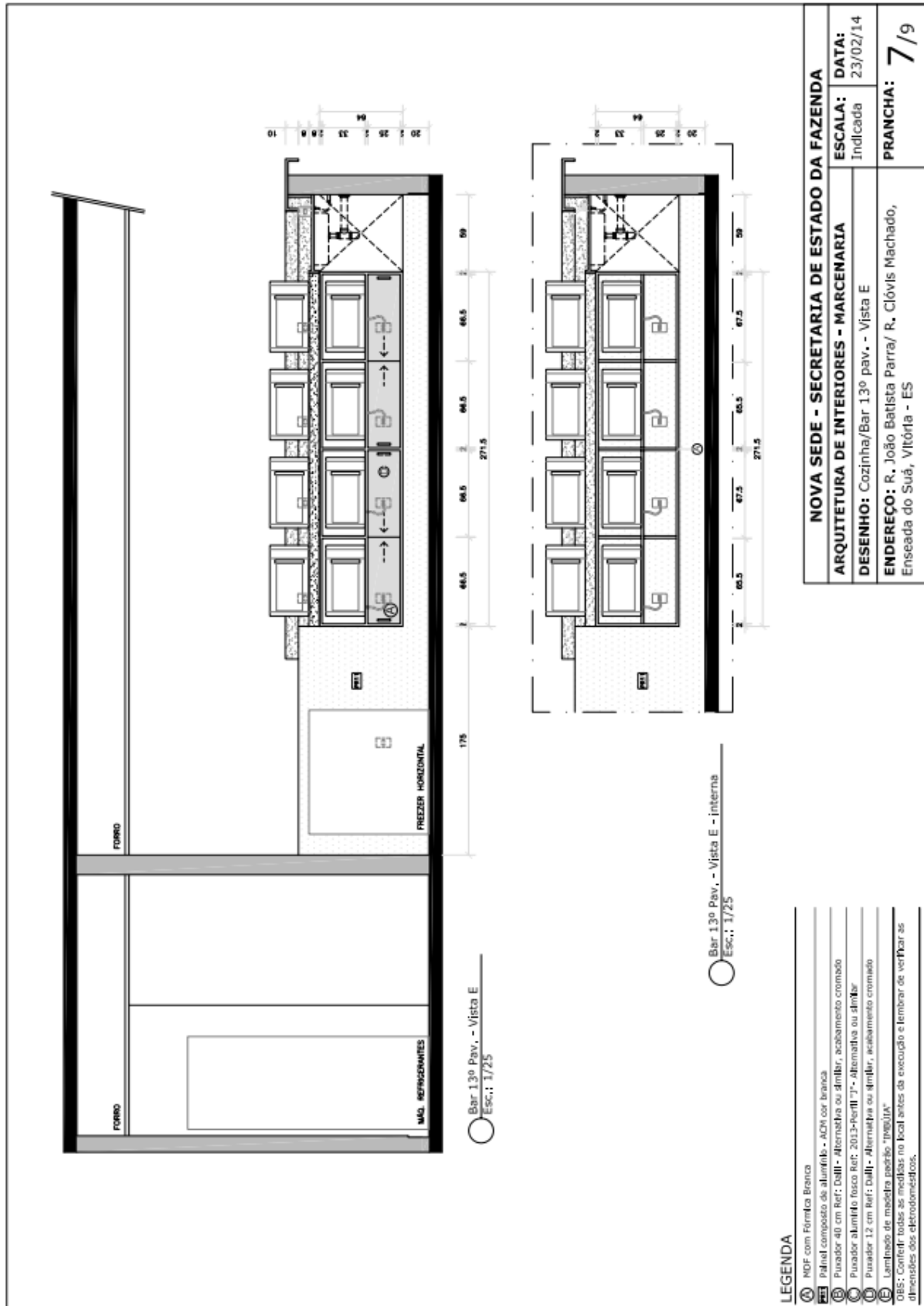


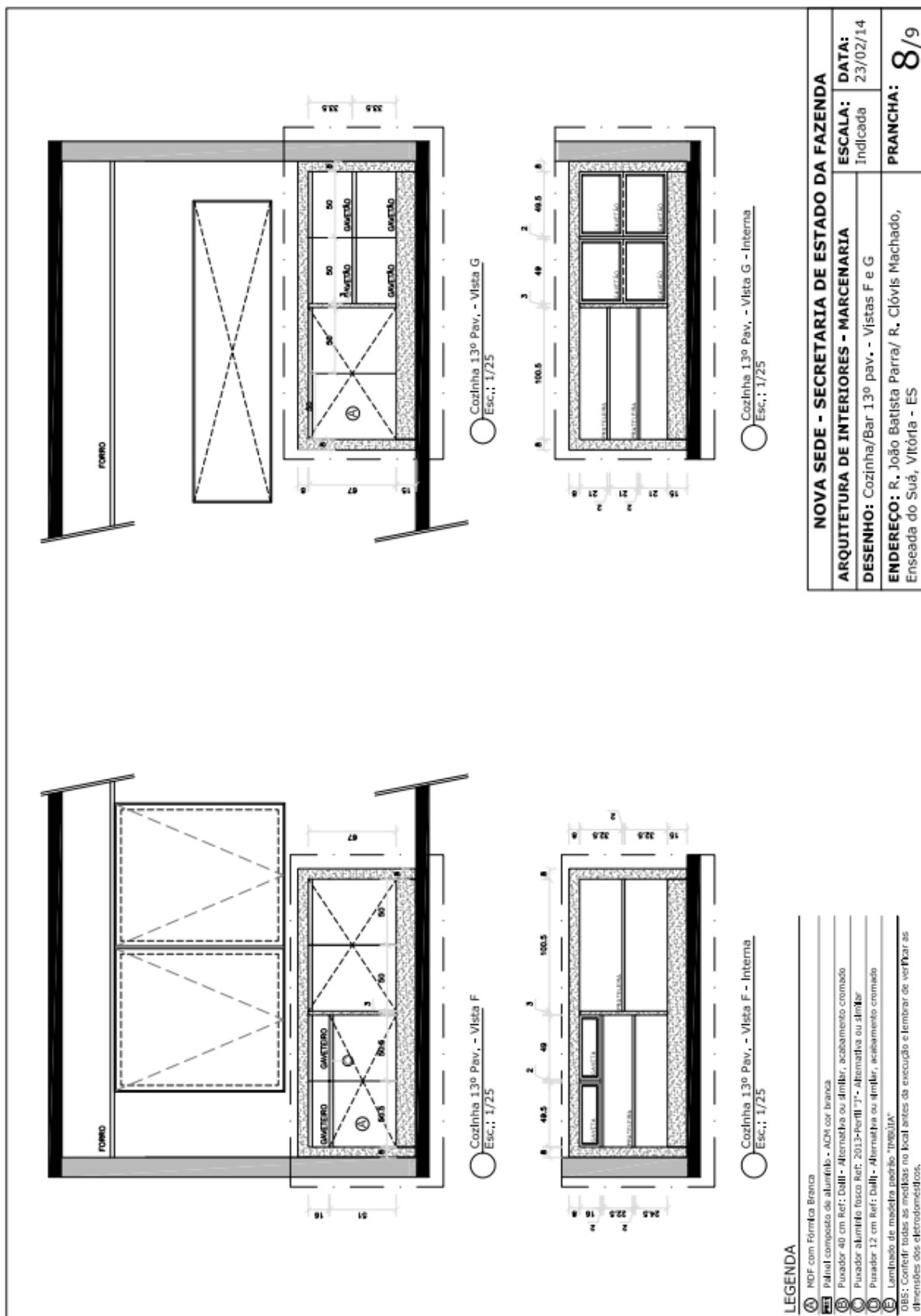


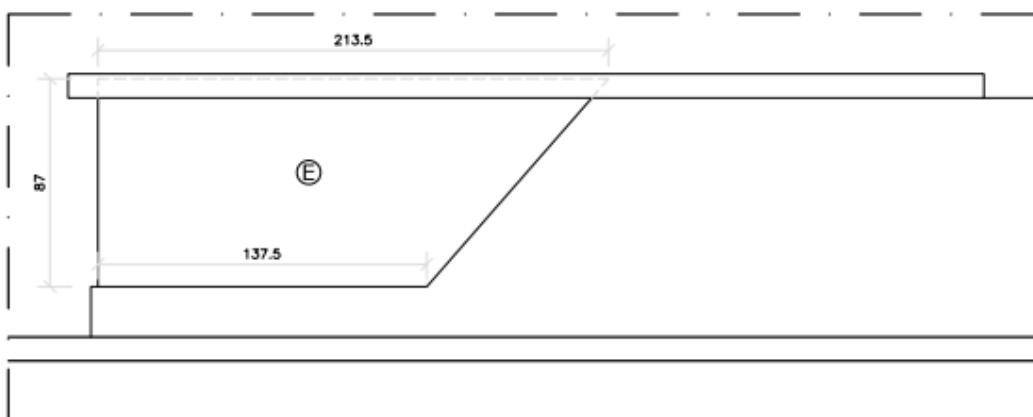




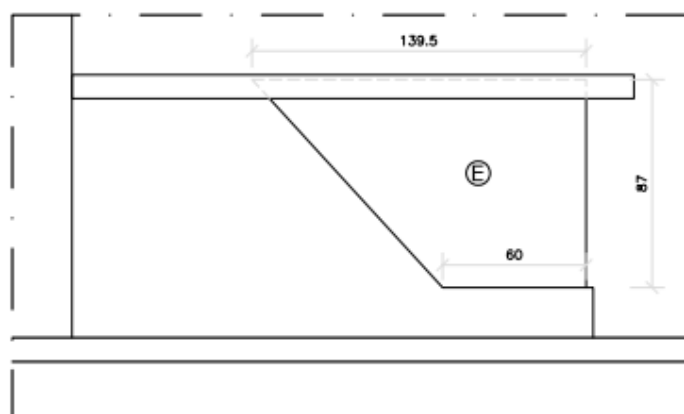








○ Bar 13° Pav. - Vista H
Esc.: 1/25



○ Bar 13° Pav. - Vista I
Esc.: 1/25

LEGENDA

- (A) MDF com Fórmica Branca
- (PR13) Painel composto de alumínio - ACM cor branca
- (B) Puxador 40 cm Ref: Dalli - Alternativa ou similar, acabamento cromado
- (C) Puxador alumínio fosco Ref: 2013-Perfil "J"- Alternativa ou similar
- (D) Puxador 12 cm Ref: Dallh - Alternativa ou similar, acabamento cromado
- (E) Laminado de madeira padrão "IMBÚIA"

OBS: Conferir todas as medidas no local antes da execução e lembrar de verificar as dimensões dos eletrodomésticos.

NOVA SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ARQUITETURA DE INTERIORES - MARCENARIA

ESCALA:
Indicada

DATA:
23/02/14

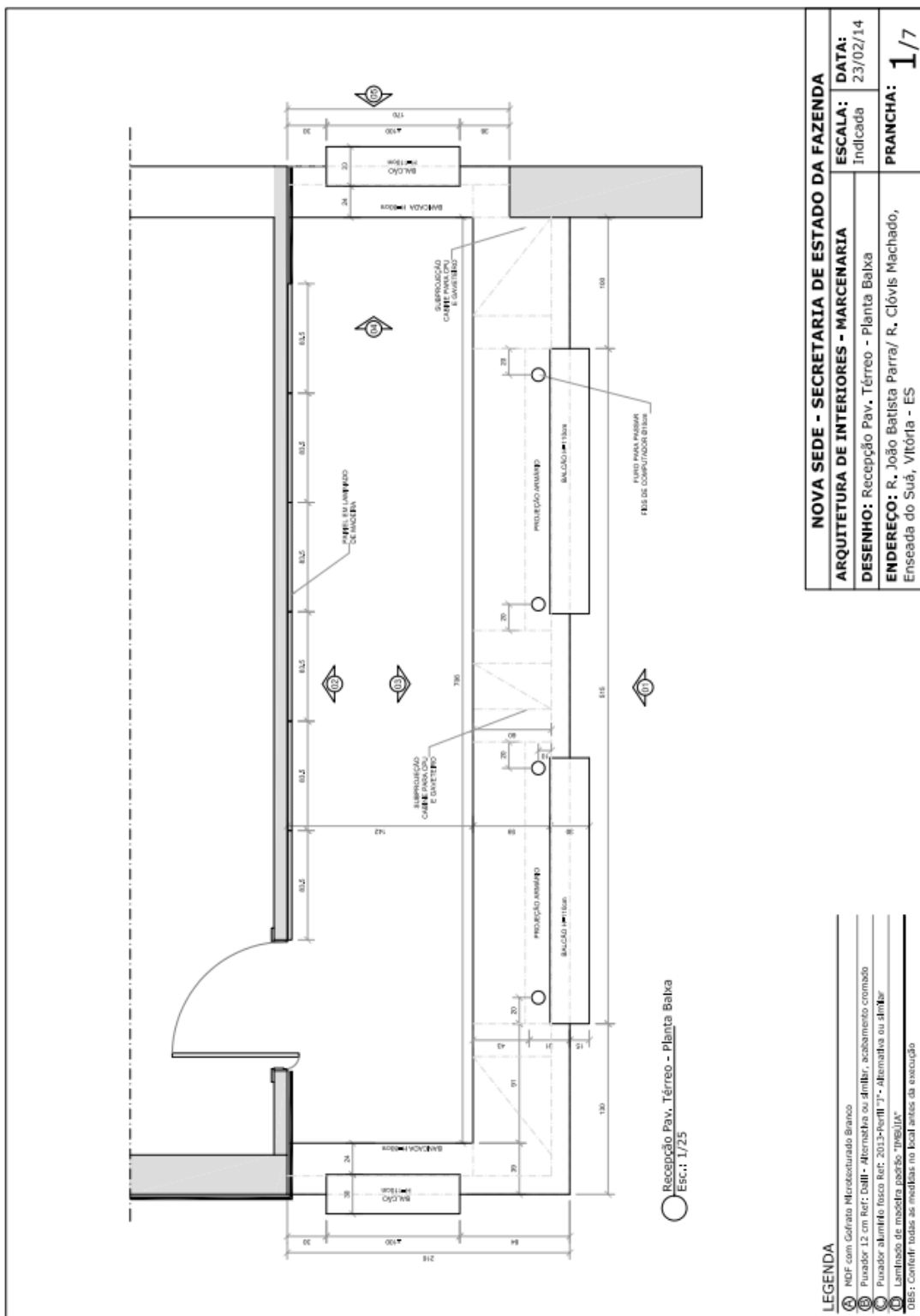
DESENHO: Cozinha/Bar 13° pav. - Vistas H e I

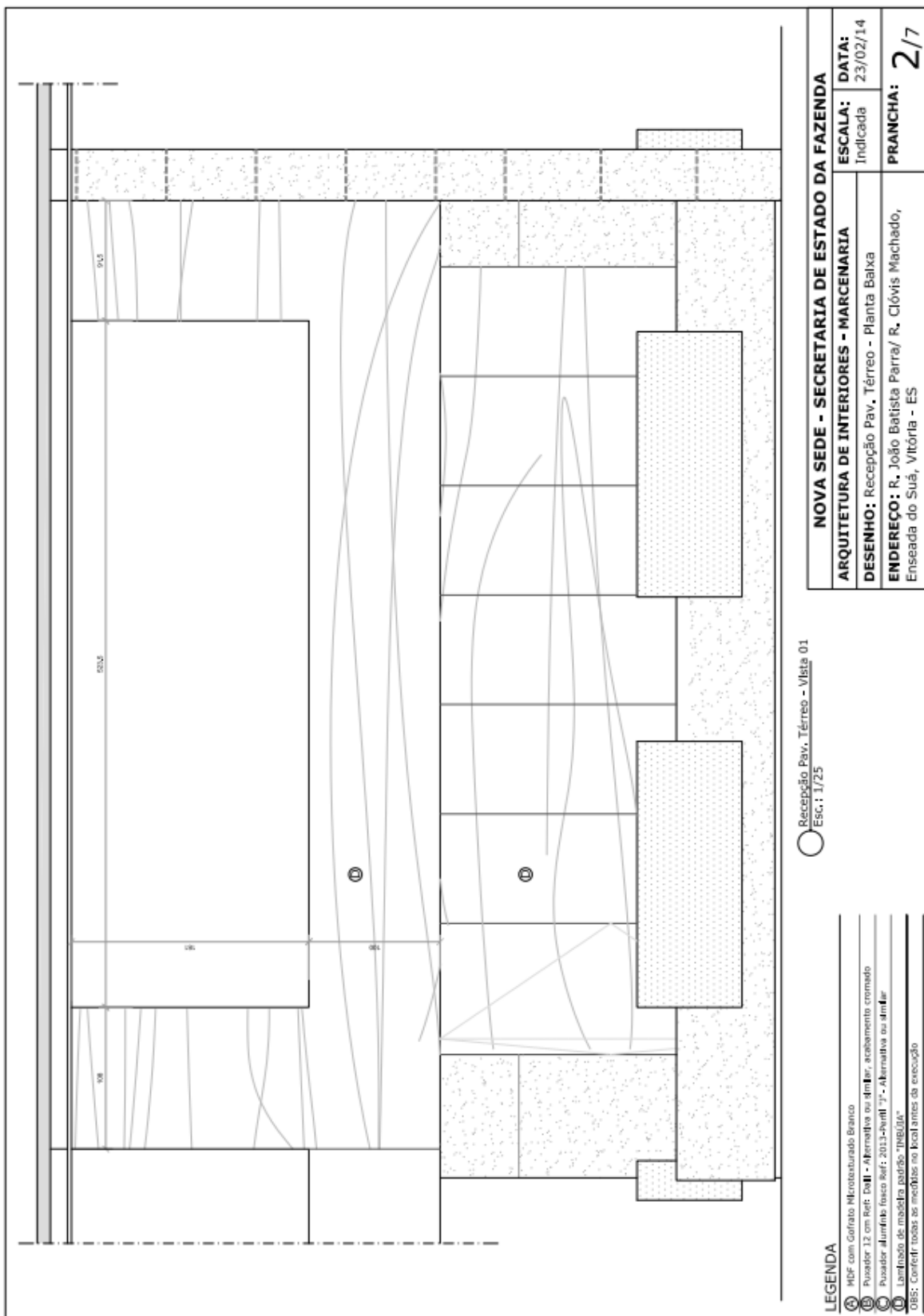
ENDEREÇO: R. João Batista Parra/ R. Clóvis Machado,
Enseada do Suá, Vitória - ES

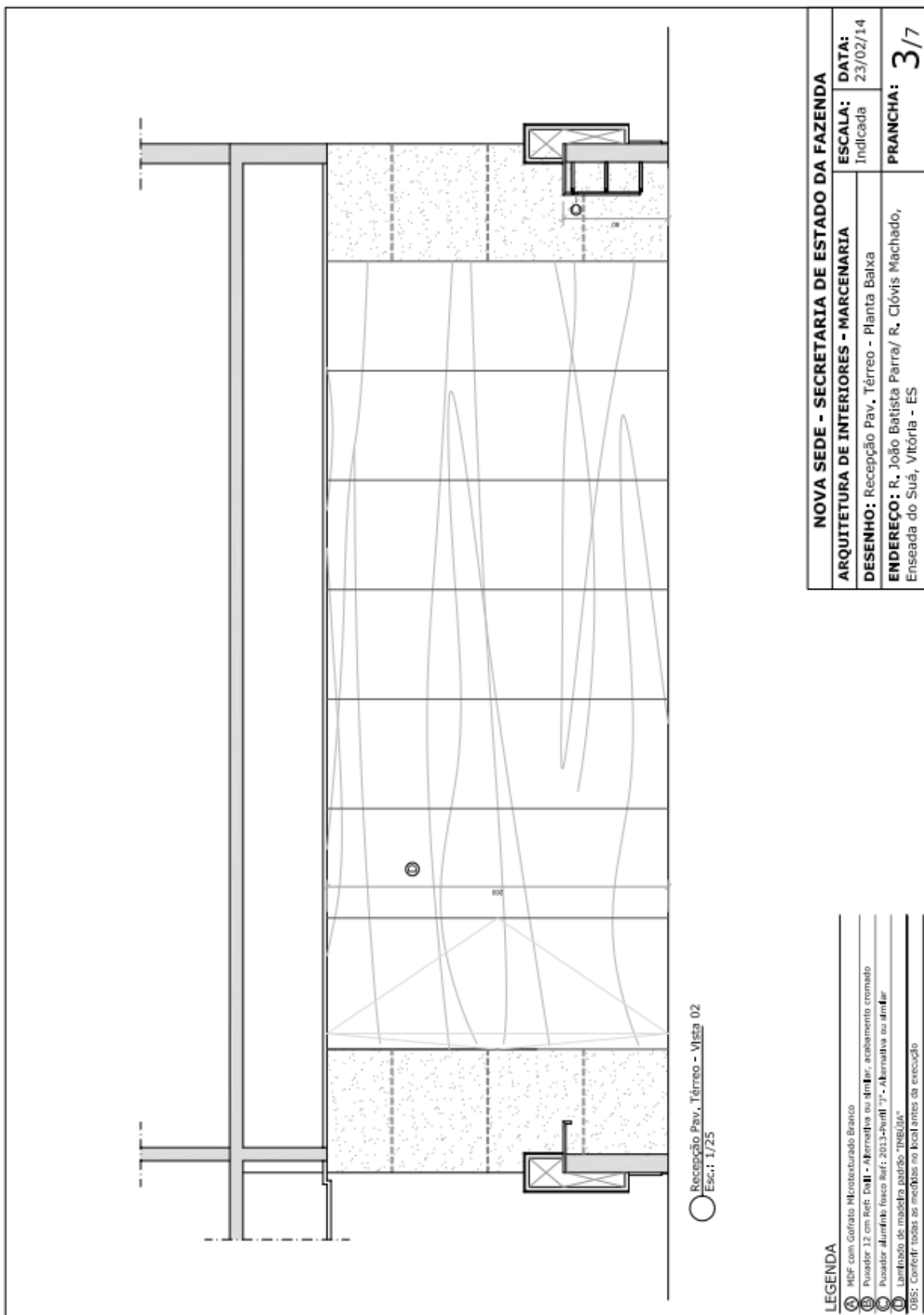
PRANCHA:
9/9

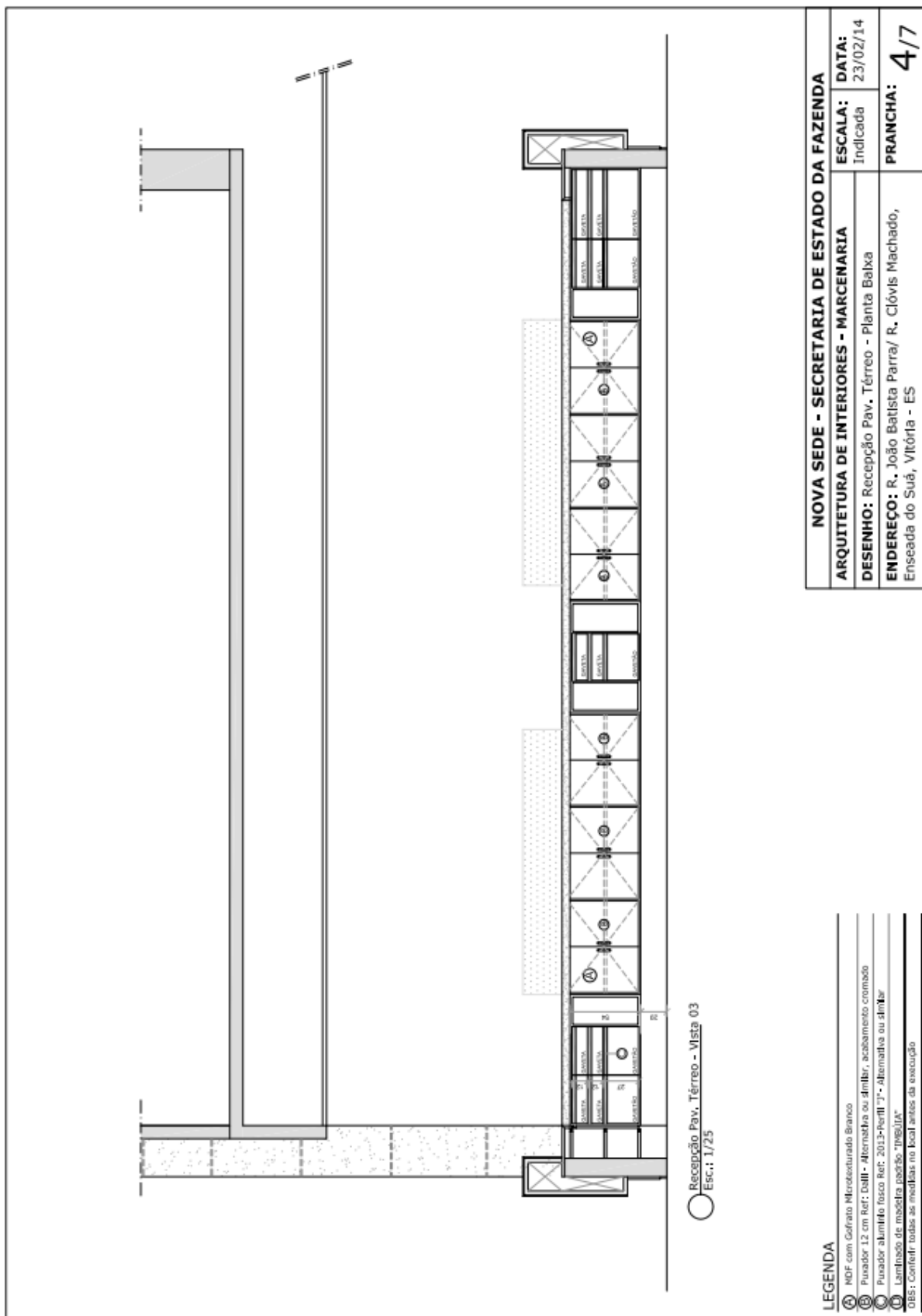


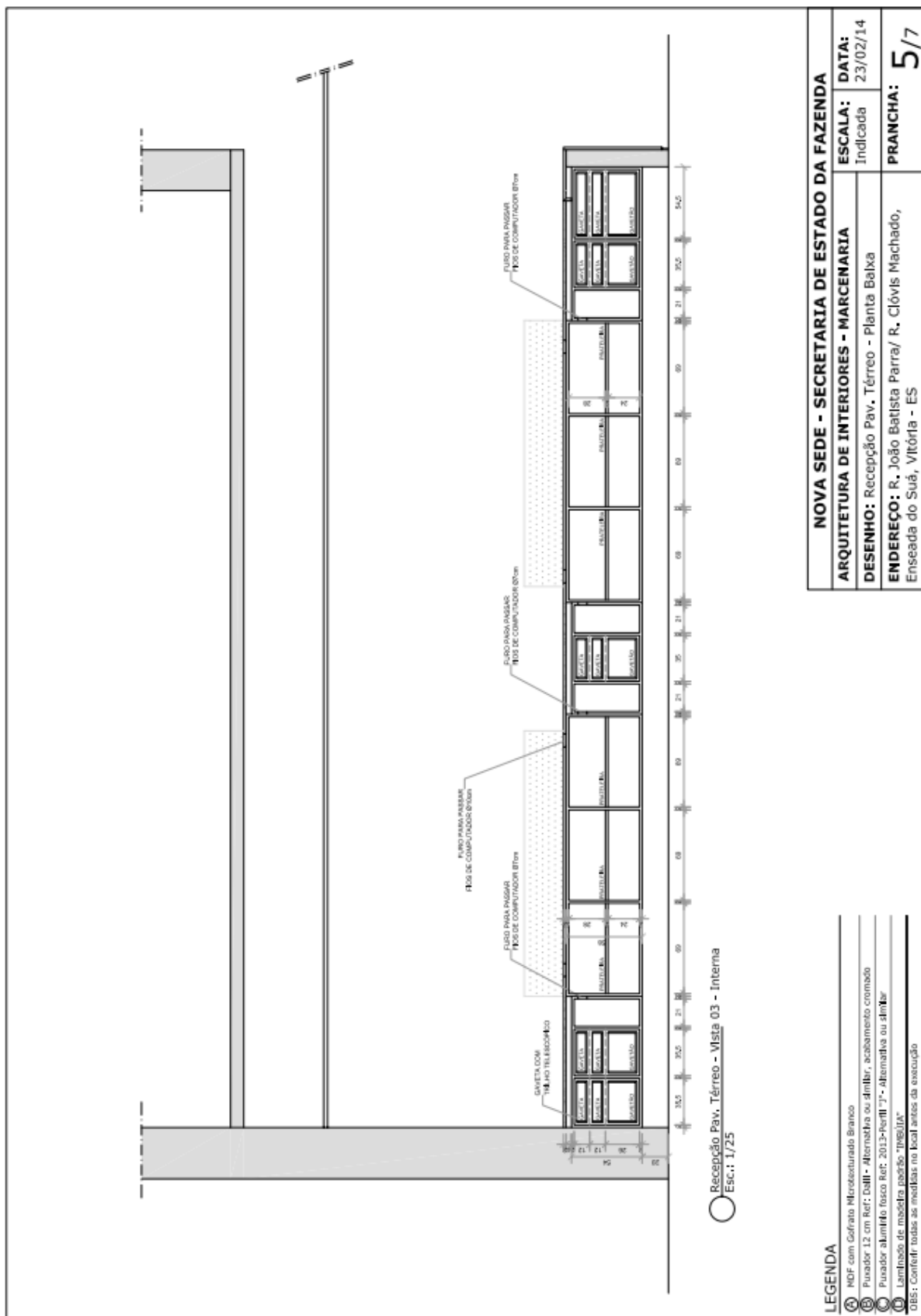
LOTE 02

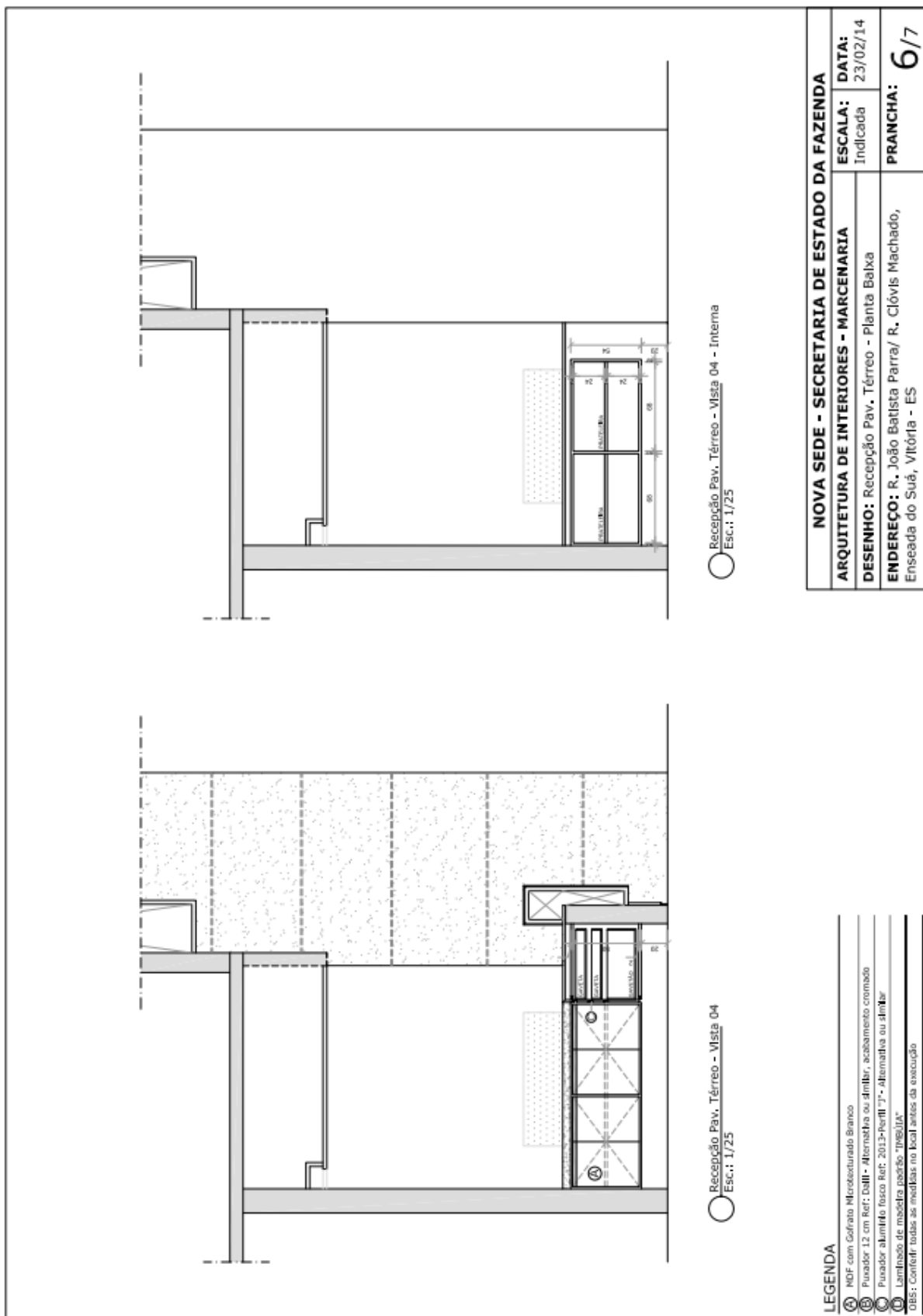


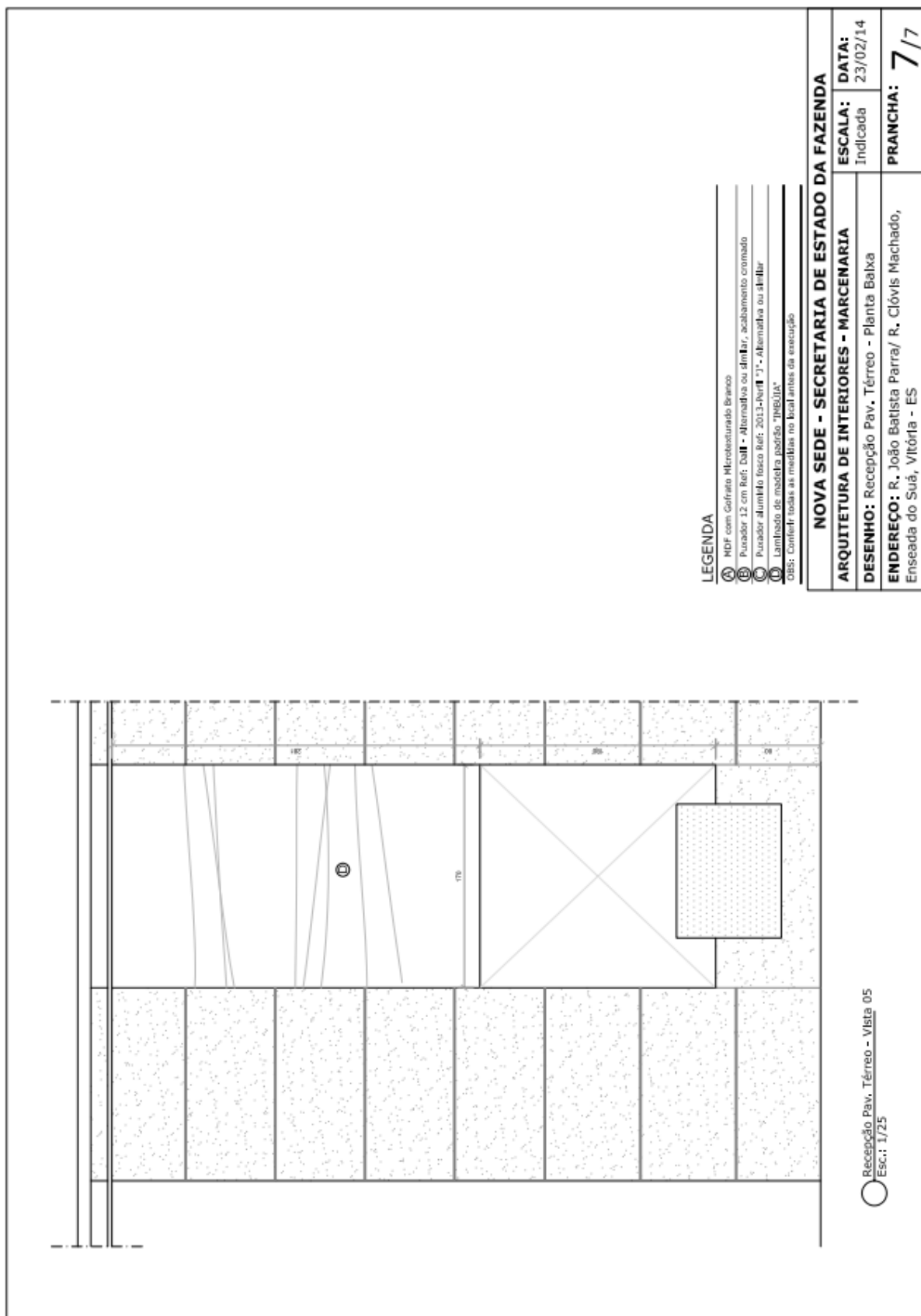












LEGENDA

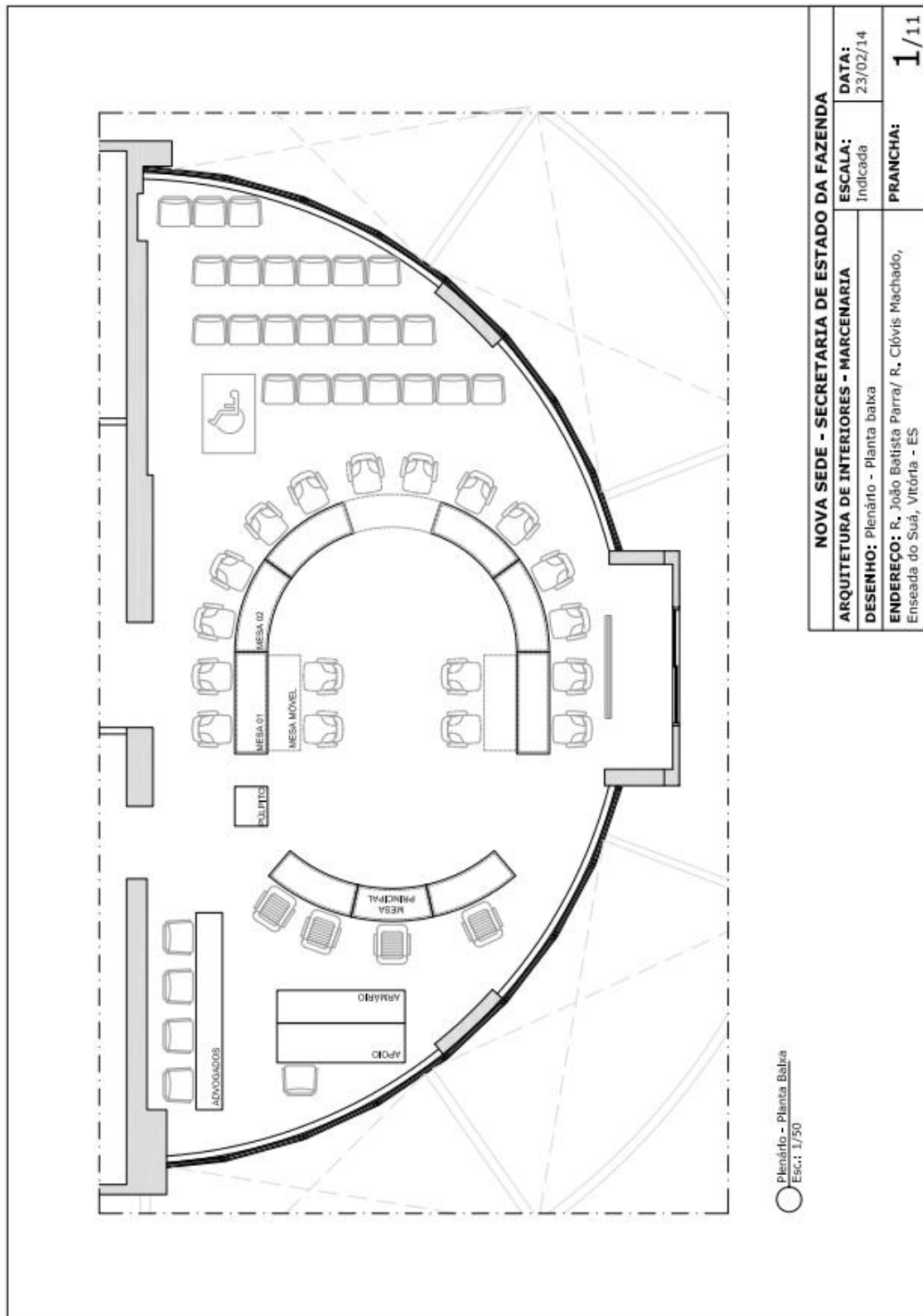
- (A) MDF com Gofriado Microtexturado Branco
 - (B) Puxador 12 cm Ref. Dall - Alternativa ou similar, acabamento cromado
 - (C) Puxador alumínio fosco Ref. 2013-Nort - J - Alternativa ou similar
 - (D) Laminação de madeira padrão "MELIPAL"
- Obs: Conferir todas as medidas no local antes da execução

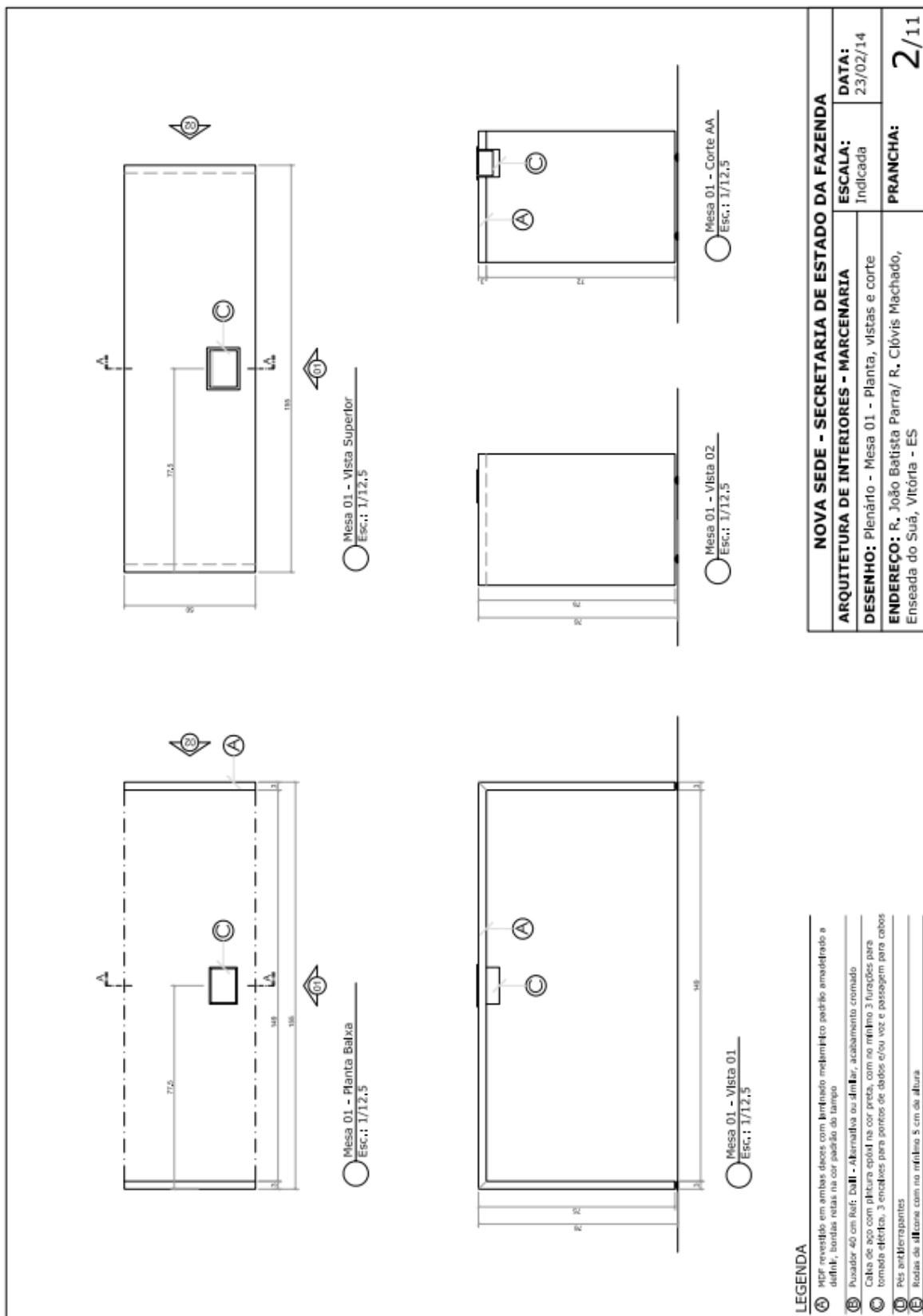
NOVA SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

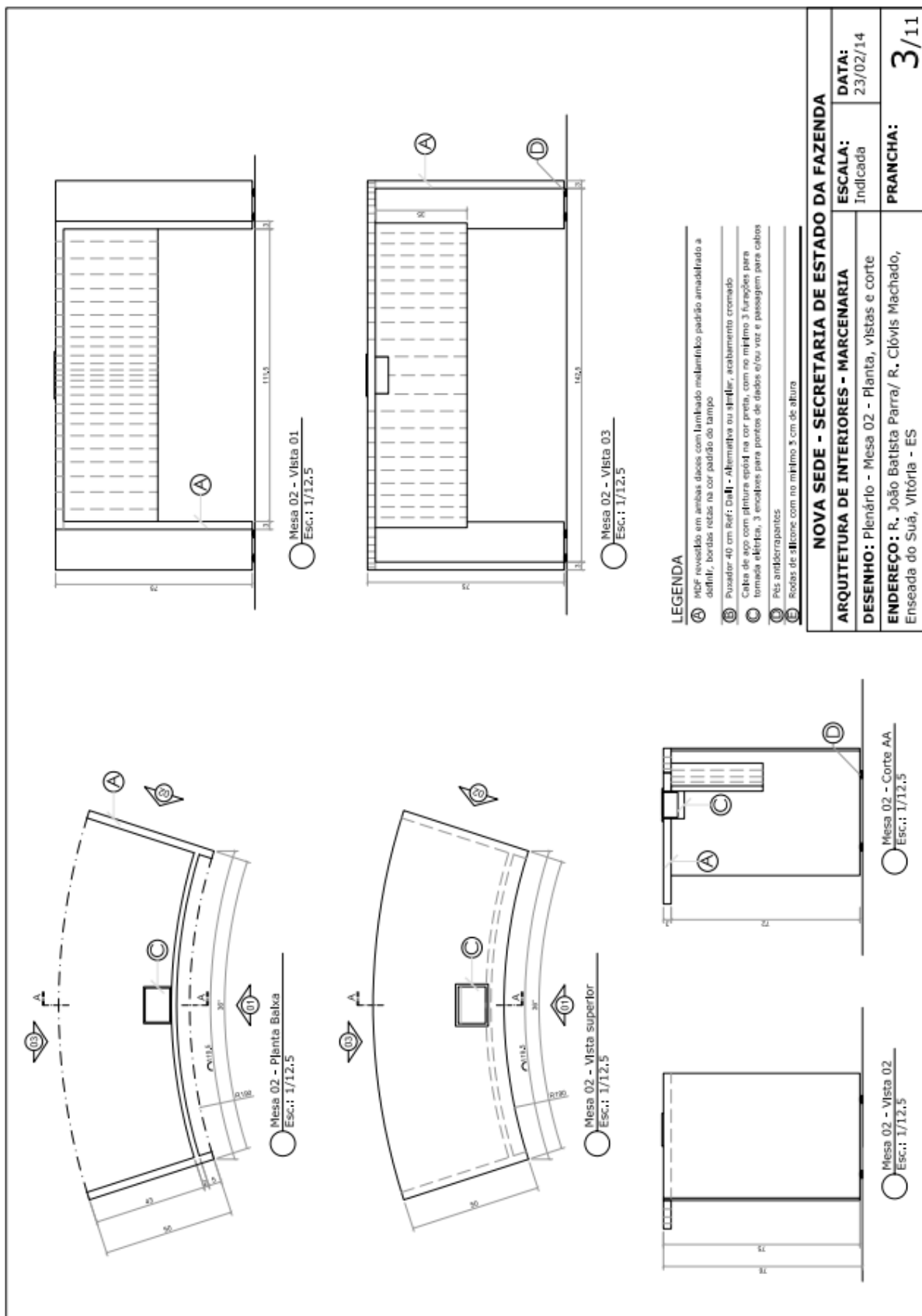
ARQUITETURA DE INTERIORES - MARCENARIA	ESCALA: Indicada	DATA: 23/02/14
DESENHO: Recepção Pav. Térreo - Planta Baixa	PRANCHA:	7/7
ENDEREÇO: R. João Batista Parra/ R. Clóvis Machado, Enseada do Suá, Vitória - ES		

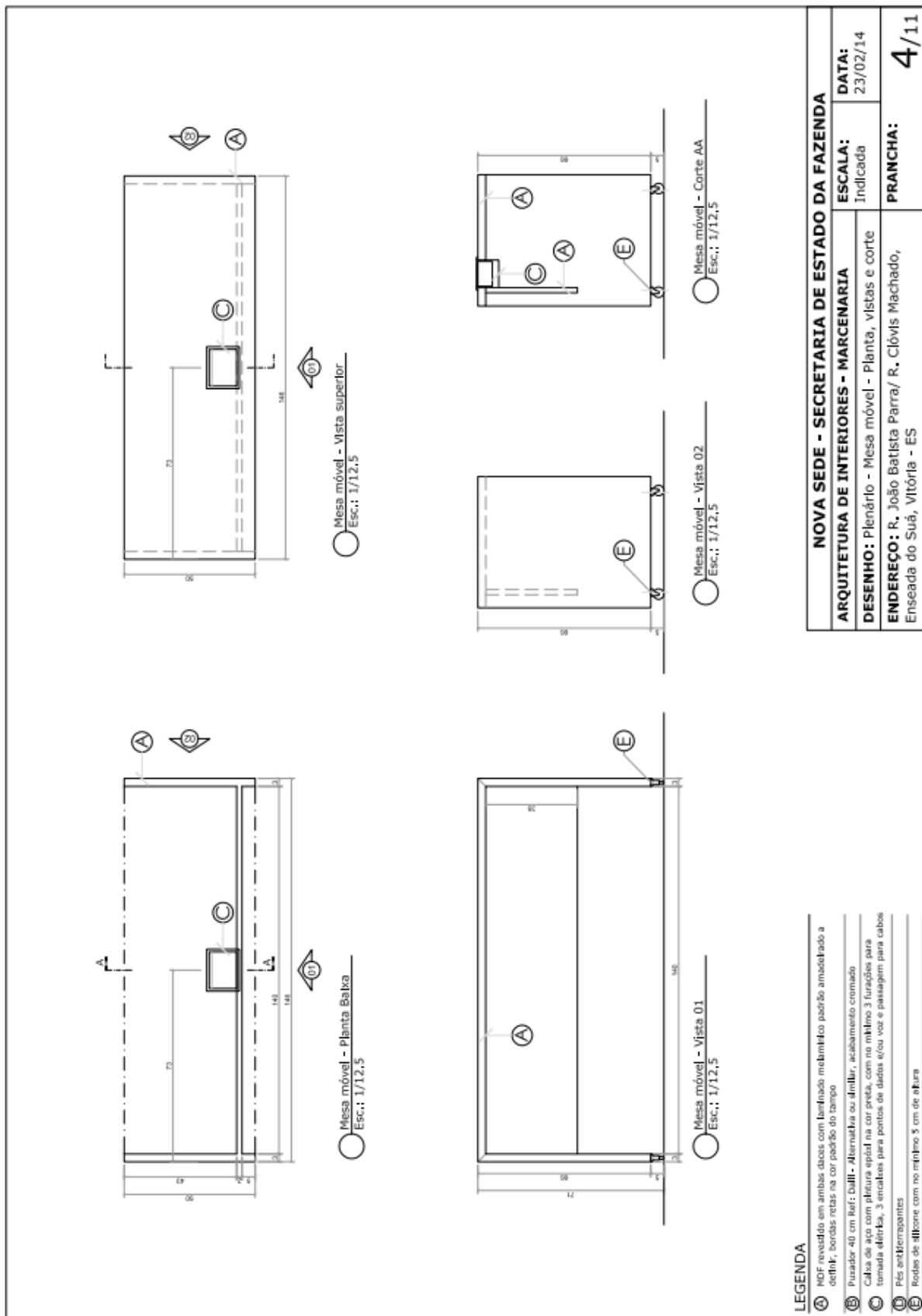


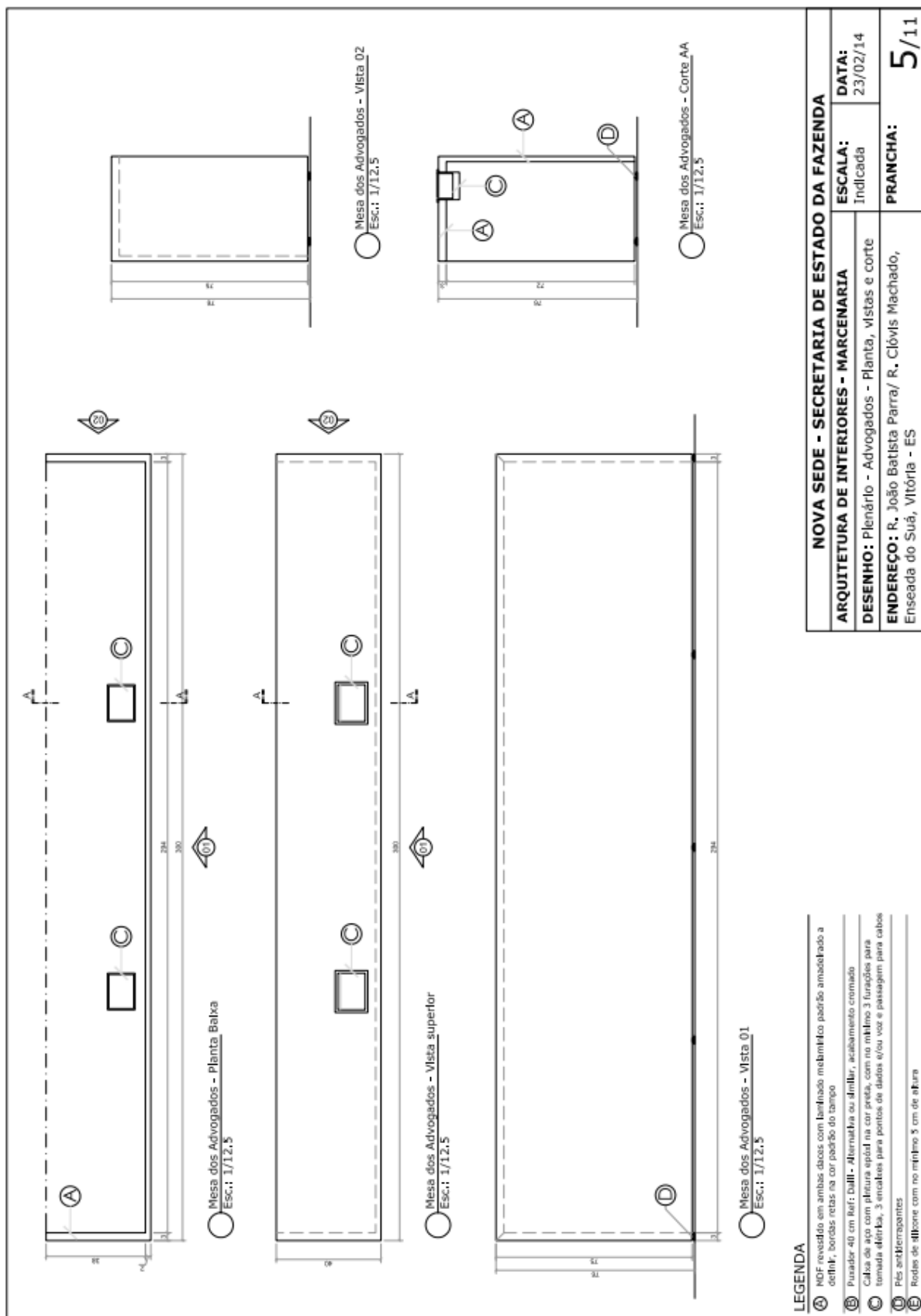
LOTE 03

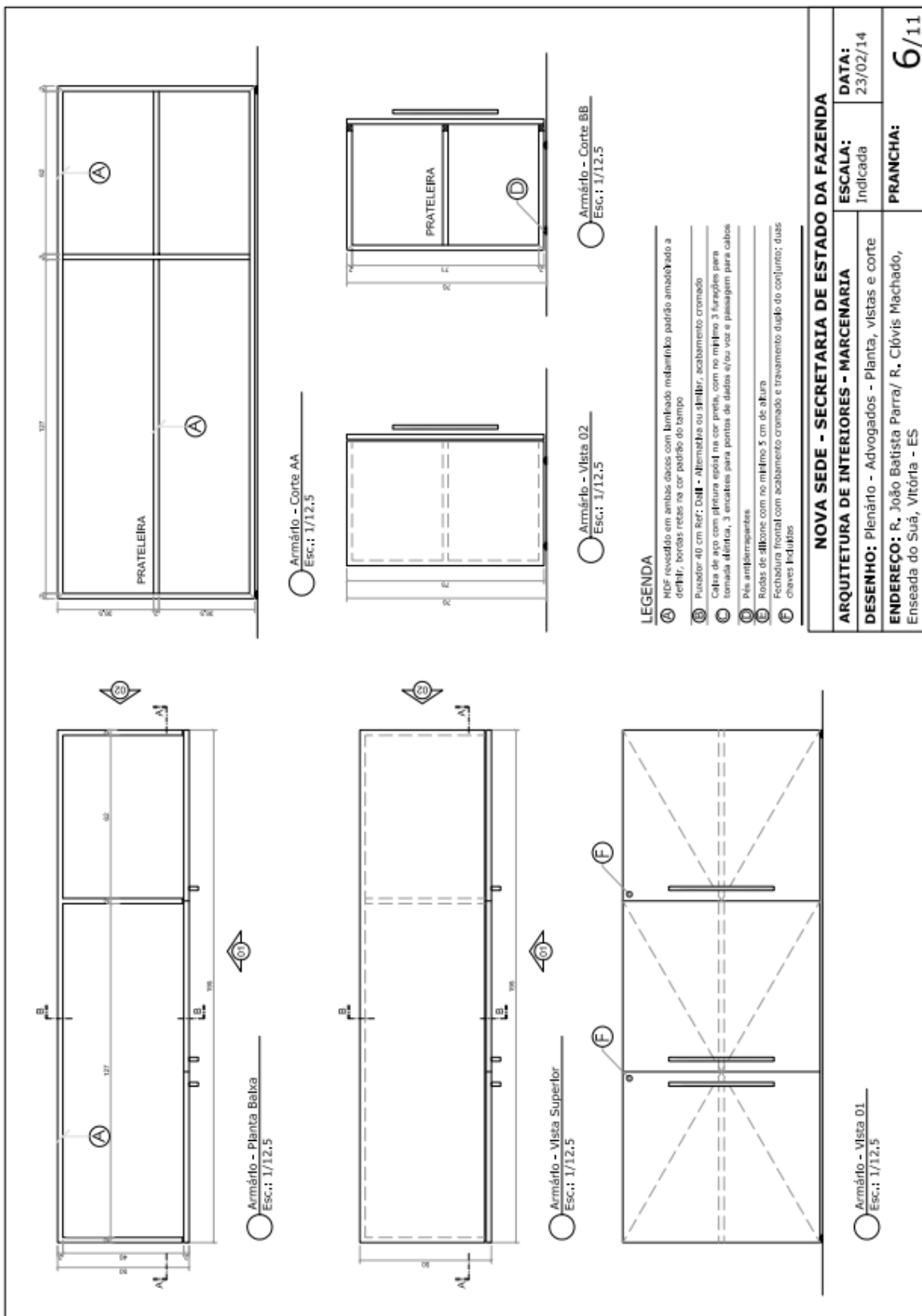


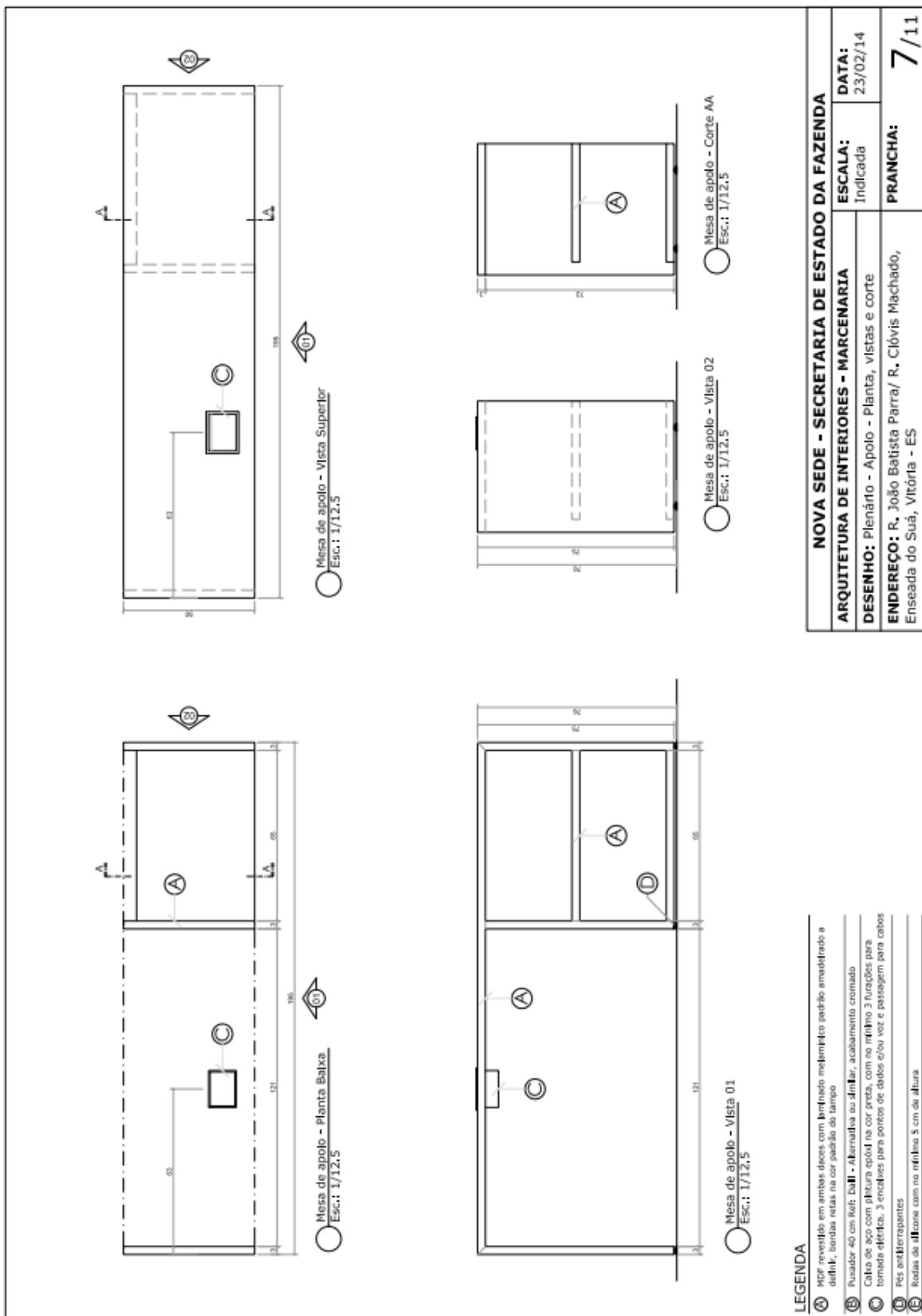




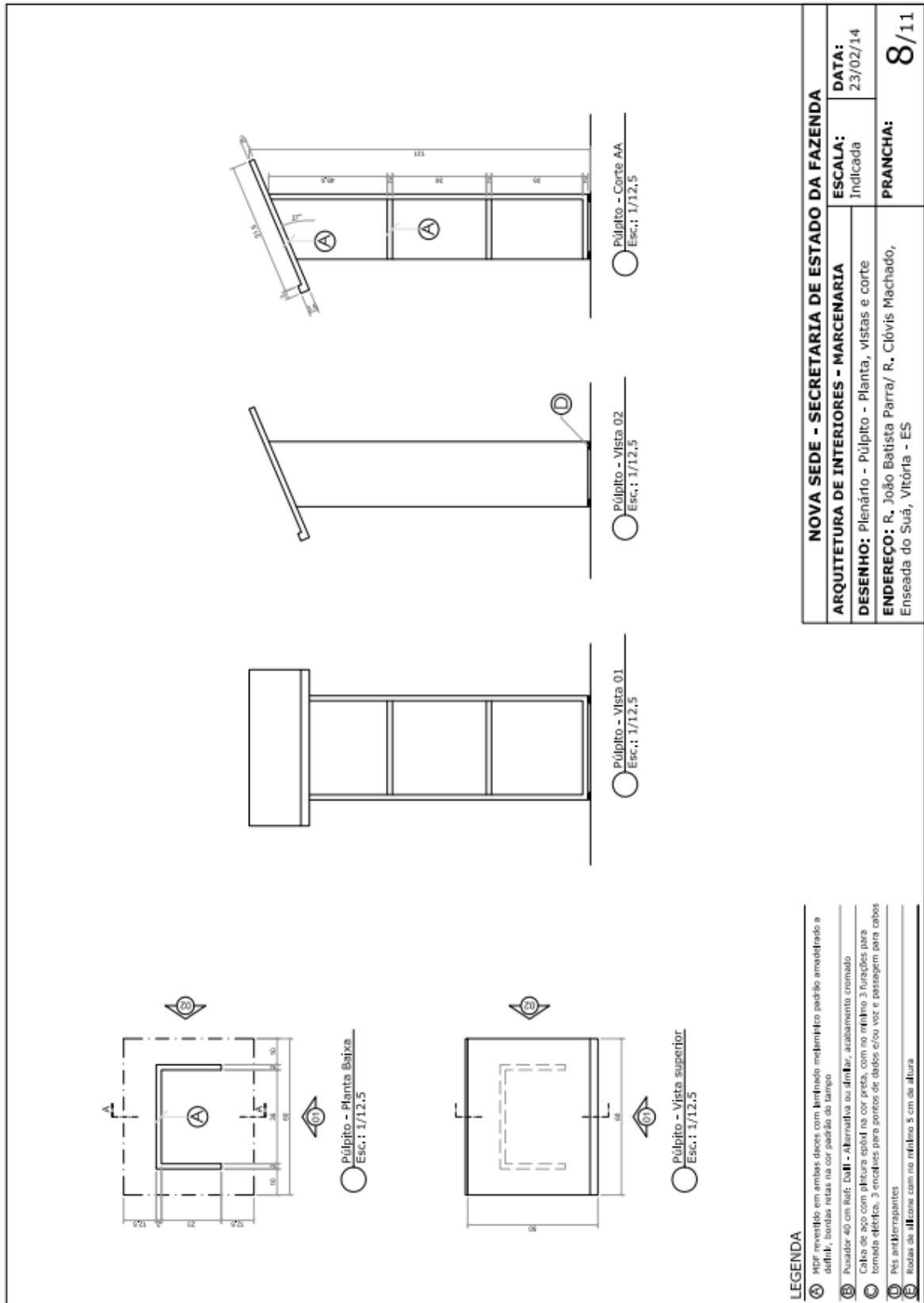


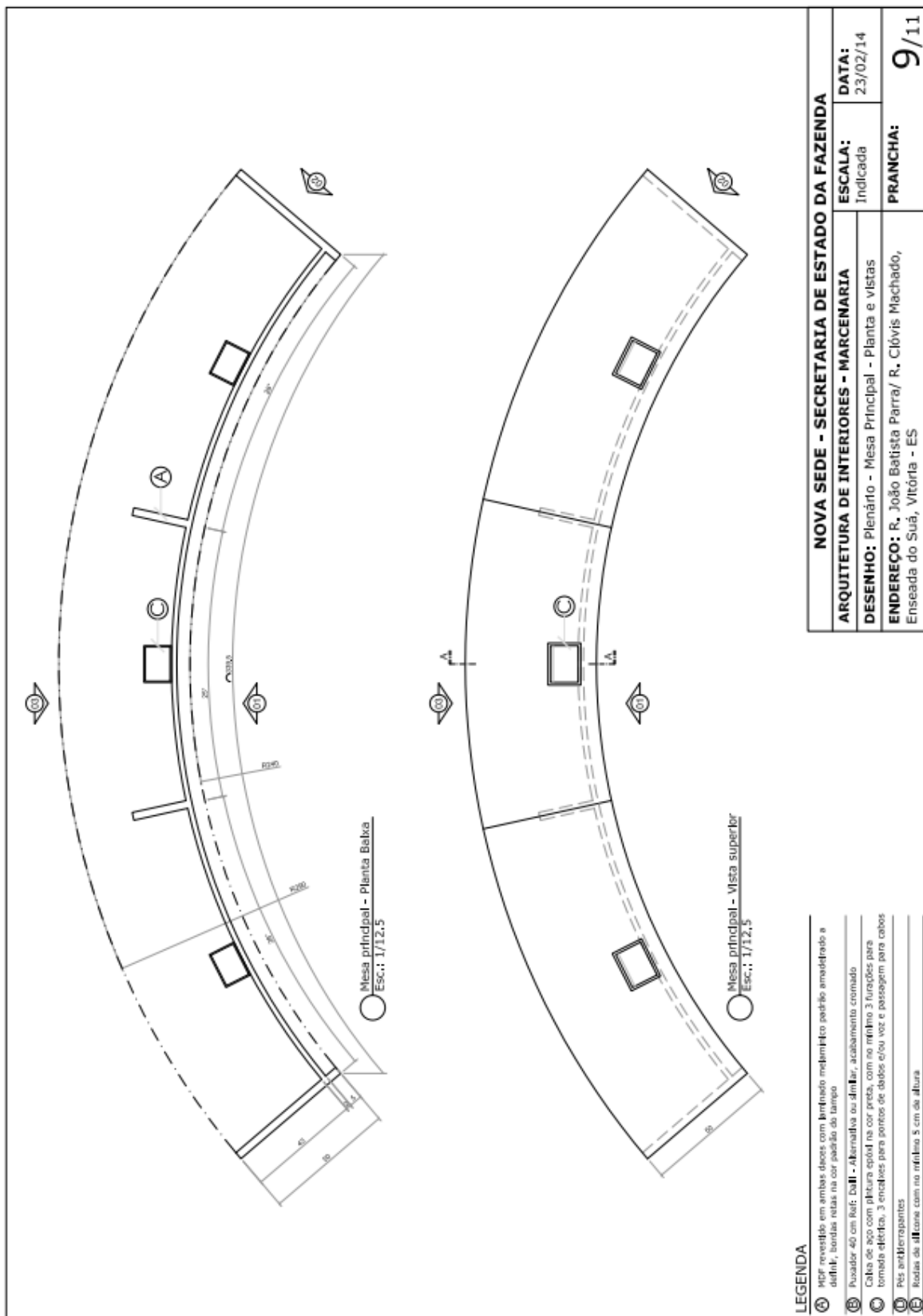


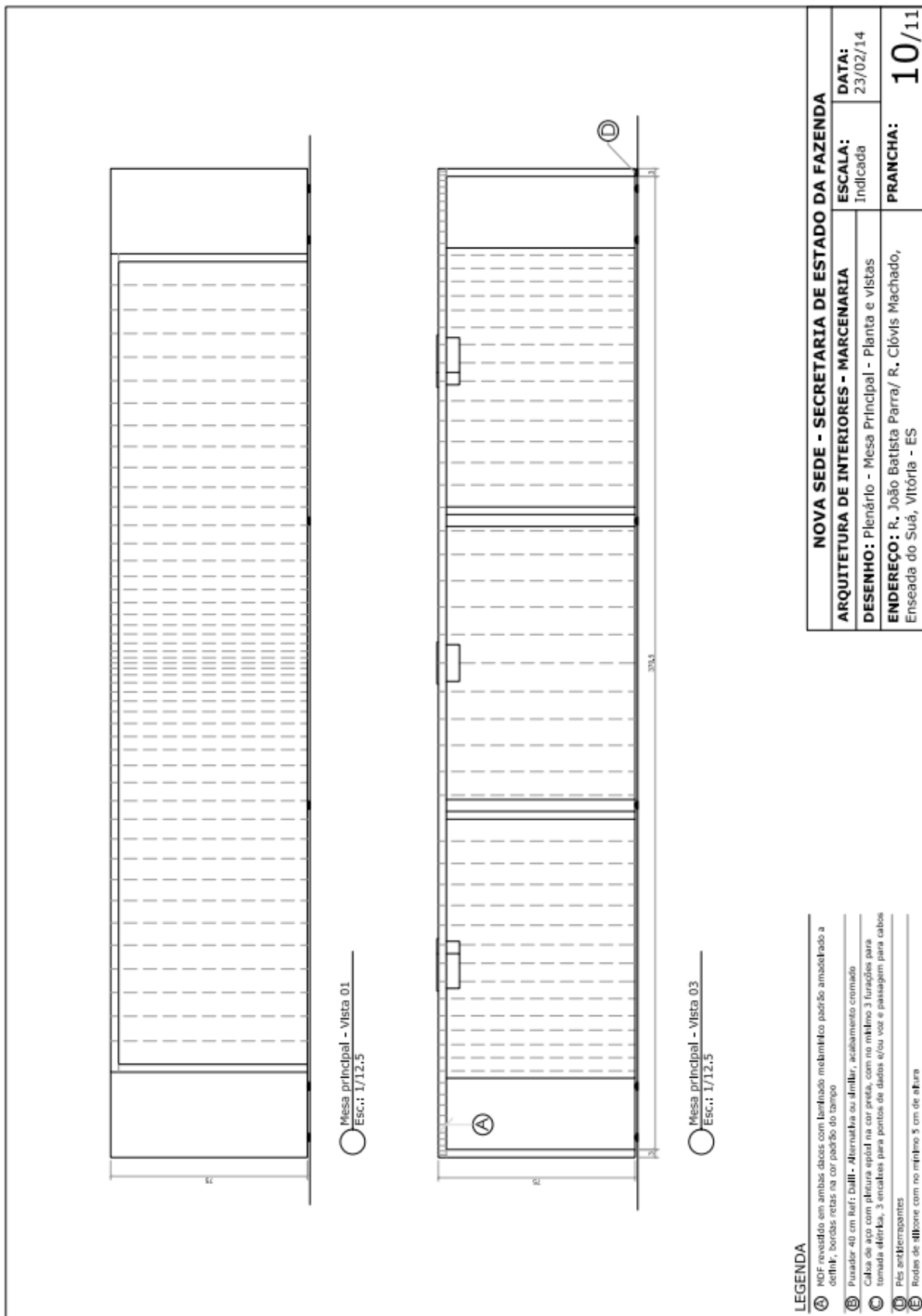


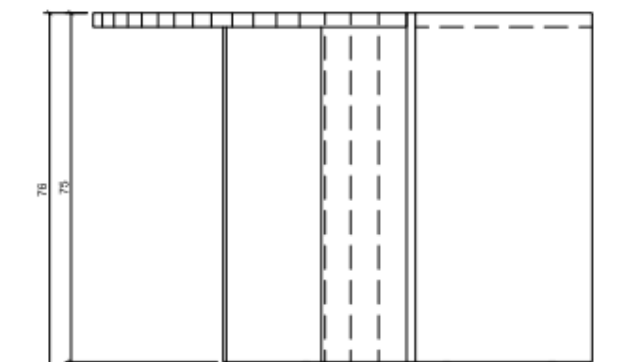


NOVA SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	
ARQUITETURA DE INTERIORES - MARCENARIA	ESCALA: Indicada
DESENHO: Plenário - Apoio - Planta, vistas e corte	DATA: 23/02/14
ENDEREÇO: R. João Batista Parra/ R. Clóvis Machado, Enseada do Suá, Vitória - ES	PRANCHA: 7/11

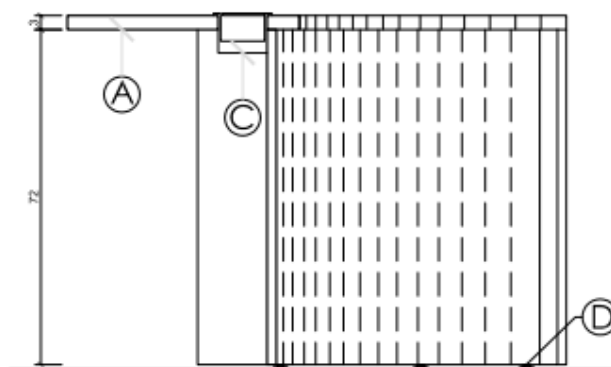








○ Mesa principal - Vista 02
Esc.: 1/12.5



○ Mesa principal - Corte AA
Esc.: 1/12.5

LEGENDA

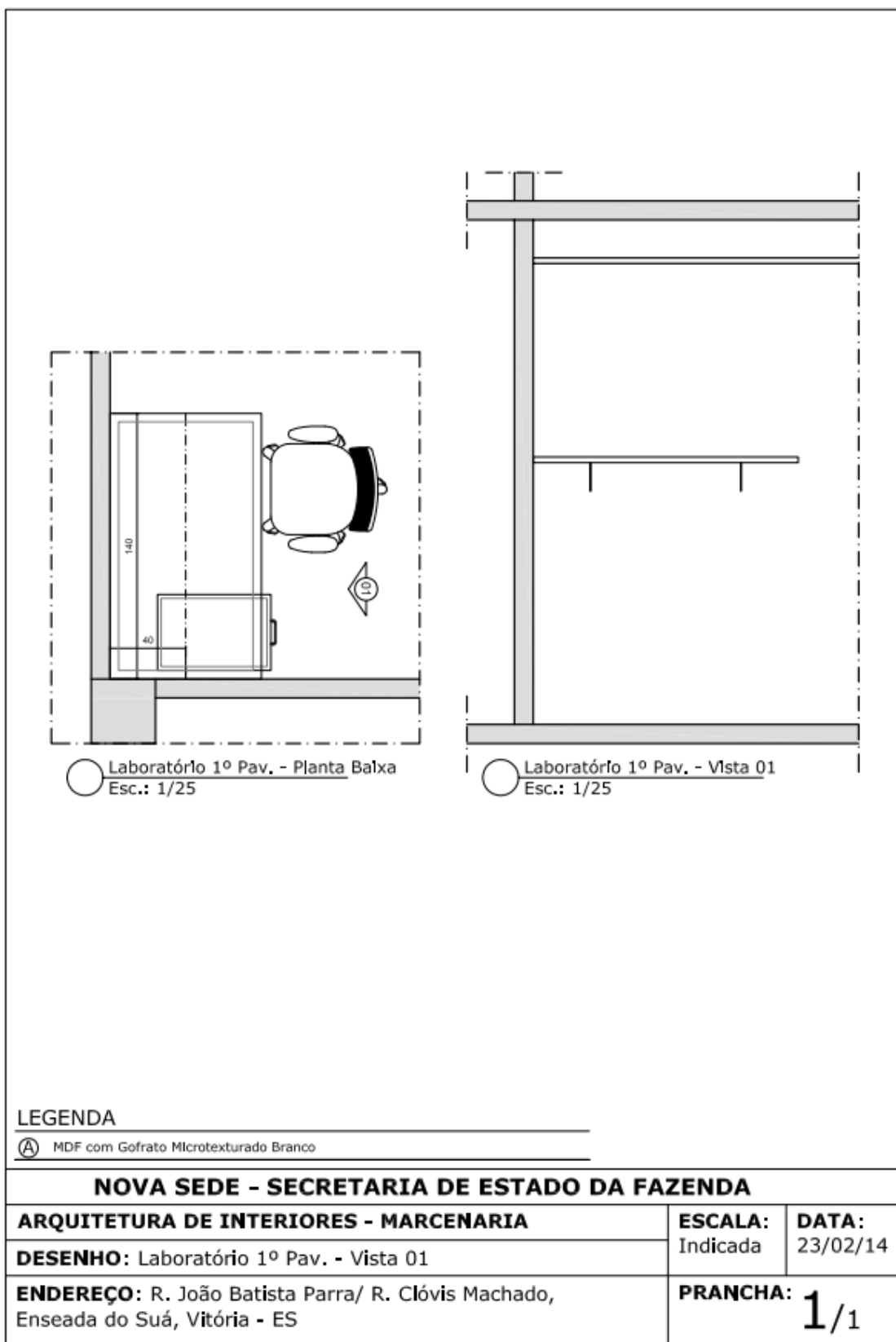
- Ⓐ MDF revestido em ambas faces com laminado melamínico padrão amadeirado a definir, bordas retas na cor padrão do tampo
- Ⓑ Puxador 40 cm Ref: Dalli - Alternativa ou similar, acabamento cromado
- Ⓒ Caixa de aço com pintura epóxi na cor preta, com no mínimo 3 furações para tomada elétrica, 3 encaixes para pontos de dados e/ou voz e passagem para cabos
- Ⓓ Pés antiderrapantes
- Ⓔ Rodas de silicone com no mínimo 5 cm de altura

NOVA SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ARQUITETURA DE INTERIORES - MARCENARIA	ESCALA: Indicada	DATA: 23/02/14
DESENHO: Plenário - Mesa Principal - Planta e vistas		
ENDEREÇO: R. João Batista Parra/ R. Clóvis Machado, Enseada do Suá, Vitória - ES	PRANCHA:	11/11



LOTE 04





ANEXO II

PREGÃO Nº 018/2014

PROPOSTA COMERCIAL

Empresa: _____(Nome da Empresa)_____

À: Secretaria de Estado da Fazenda.

PREGÃO nº 018/2014 – Lote ____ - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA.

Prezados Senhores:

Pela presente formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos objetos supracitados, de acordo com todas as condições do PREGÃO nº 018/2014 e seus anexos.

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

Anexo I - Descrição do Objeto, com indicação do preço unitário de cada item e do preço global;

Anexo II - Exigências para Habilitação;

Anexo III - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

a) O prazo de validade de presente Proposta é de 60 dias corridos, a contar da data estabelecida no edital.

b) Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pela aquisição do mobiliário.

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura



ANEXO III

PREGÃO Nº 018/2014

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante arrematante deverá apresentar a seguinte documentação:

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Parágrafo único. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado) e Municipal da sede da licitante;
- c) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);



f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I – A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, contados da declaração do vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, produto igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto desta licitação.



1.4 – DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

a) Declaração de cumprimento de inexistência no quadro funcional da empresa, de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, a não ser que seja contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854, de 27/10/99).

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

a) Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto nº 2.394-R de 12 de novembro de 2009 e demais normas complementares;

b) Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2;

c) Somente serão dispensados os documentos exigidos no Item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade;

d) Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória, salvante a hipótese prevista na Lei Complementar nº 123/2006;

e) O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (Item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada;

f) Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

g) Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro Oficial verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

3.1 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoesSimples.app/ConsultarOpcao.aspx>;



b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

3.2 – Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) Cópia do contrato social e suas alterações; e

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

§1º. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

§2º. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, quando for o caso.

§3º. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.



ANEXO IV

PREGÃO Nº 018/2014

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, ____ de _____ de _____.

Licitante interessado



ANEXO V

PREGÃO Nº 018/2014

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

Nº DE IDENTIDADE:

ÓRGÃO EMISSOR:

CPF:

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

Vitória, ____ de _____ de _____.

Assinatura e Carimbo



ANEXO VI

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO FAZENDA, E A EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA.

Contrato nº _____

Processo nº

Pregão nº ____/____

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da _____(nome do órgão)_____, adiante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, representada legalmente pelo seu (Secretário / Dirigente do órgão) _____(nome, nacionalidade, estado civil, profissão)_____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado _____(endereço completo)_____, e a Empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede _____(endereço completo)_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo _____(condição jurídica do representante)_____ Sr. _____(nome, nacionalidade, estado civil, profissão)_____ ajustam o presente CONTRATO de compra e venda de (DESCREVER O MATERIAL), nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.883, de 08 de junho de 1994, de acordo com os termos do Processo de nº _____, parte integrante deste instrumento independente de transcrição juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA datada de __/__/__, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a aquisição de (DESCREVER O MATERIAL), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica gratuita durante o período de garantia, de acordo com o descrito no anexo I, deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - DO PREÇO

2.1 - O Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ _____(valor por extenso), e nele deverão estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à inexecução do objeto do contrato.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



3.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

3.2 – Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

3.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

3.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

3.5 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores.

3.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

3.7 - O pagamento à Contratada será efetuado exclusivamente no Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES.

3.7.1 – A Contratada não correntista do BANESTES deverá providenciar a abertura de conta de depósito à vista na agência de sua preferência.

3.7.2 - Caso a Contratada não tenha domicílio no Estado do Espírito Santo, fica dispensada a exigência de abertura de conta de depósito no BANESTES e o pagamento exclusivo nessa instituição financeira.

CLÁUSULA QUARTA

4 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada garante a execução deste Contrato, na modalidade de _____ como definidas no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (valor numérico) _____, _____ (valor por extenso) _____, equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade até 30 (trinta) dias após a data prevista para seu vencimento, tudo através do documento _____, que torna-se parte integrante do presente ajuste.



Parágrafo Primeiro. Ocorrendo alteração do preço contratual originariamente fixado, por força de revisão, reajuste, acréscimos e decréscimos quantitativos, dentre outras hipóteses previstas em lei e neste contrato, competirá à Contratada a oferta de nova garantia de execução de contrato, readequada ao preço contratual atualizado.

Parágrafo Segundo. O Contratante restituirá ou liberará a garantia prestada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da execução do Contrato, de acordo com o art. 56, § 4º da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA

5 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O contrato terá início no dia posterior à da data da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial do Estado, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

5.2 - É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

5.3 - Fica resguardado o prazo de garantia do mobiliário adquirido, conforme estipulado no Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão na atividade nº _____, Elemento Despesa nº _____, do orçamento do _____ (sigla do Órgão) _____ para o exercício de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO EQUIPAMENTO

7.1 - A entrega do mobiliário dar-se-á no prazo máximo de ____ (_____) dias após o recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento expedida pela Contratante.

7.2 - O mobiliário será entregue no (INDICAR LOCAL E ENDEREÇO), em dias úteis no horário das ____:____ às ____:____ horas.

7.3 – A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo recebimento do material, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos.

7.4 – O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.



CLÁUSULA OITAVA

8 - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O mobiliário, objeto deste Contrato, terá garantia de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos, bem como a Assistência Técnica local (Vitória/ES) gratuita no período de garantia.

CLÁUSULA NONA

9 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 - Compete à Contratada:

- a) Entregar o mobiliário de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- d) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado;
- f) Cumprir as demais obrigações descritas no Anexo I do Edital.

9.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega do mobiliário adquirido;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos produtos adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

- 10.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;



10.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

10.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

10.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.



10.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

10.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

10.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

10.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - DA RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - DOS ADITAMENTOS



O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA 13 - DOS RECURSOS

Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA 14 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada pelo (a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA 15 - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, _____ (nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa) _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA 16 - DO FORO

Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO I

A ser preenchido com base no Anexo I do Edital de Pregão, e na proposta apresentada pela empresa vencedora.